



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR (DRUSA)**

**O PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA
ALIMENTAR ATUANDO COMO FACILITADOR EM UMA PERSPECTIVA
TERRITORIAL**

HENRY MONTEIRO PIOVESANA



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR (DRUSA)**

**O PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA
ALIMENTAR ATUANDO COMO FACILITADOR EM UMA PERSPECTIVA
TERRITORIAL**

HENRY MONTEIRO PIOVESANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientador: Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto

HENRY MONTEIRO PIOVESANA

**O PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA
ALIMENTAR ATUANDO COMO FACILITADOR EM UMA PERSPECTIVA
TERRITORIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade Federal da
Integração Latino-Americana, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Desenvolvimento Rural e Segurança
Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto
UNILA

Prof. Dr. Dirceu Basso
UNILA

Prof.^a Me. Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor
UNILA

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, agradeço aquele que é digno de todo louvor, glória e honra, aquele que tem poder para transformar mentes e corações, aquele que ilumina a vida mais sombria, que acalma a alma mais turbulenta, que faz nascer alegria no mais infeliz dos homens, aquele que é justo, misericordioso e tem um amor incondicional, que deu o seu melhor por todos a fim de sermos libertos daquilo que chamamos de pecado.

Ele é real, é experimentável, é empírico, transcende nosso entendimento, da sentido a existência humana, se fez carne e habitou entre nós humildemente sujeitou as leis da física, as quais mesmo criou, mas sujeitou-se as leis dos homens e foi perseguido e morto. Entretanto, ressuscitou ao terceiro dia, cumprindo uma promessa e subiu aos céus.

Nós dá o livre acesso ao um relacionamento pessoal de Pai e filho, sem intermediadores, através do reconhecimento da nossa condição miserável, através da redenção pessoal. Em breve voltará para restaurar o que foi manchado pelo efeito do pecado no planeta terra. A Cristo seja minha expressão de agradecimento.

Agradeço a minha mãe, por ter sido o meu exemplo de vida, por ter me dado todo o suporte para concluir este curso e me ensinado a arte do altruísmo.

Agradeço a minha fantástica e companheira esposa, sempre disposta a me ajudar, com ela as coisas ficam mais fáceis.

Ao orientador prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade.

Aos professores do curso e banca pelas orientações, aos colegas do curso pela amizade e pelo apoio em diversos momentos.

Porque, assim como a terra faz brotar a planta e o jardim faz germinar a semente, assim o Soberano Senhor fará nascer a justiça e o louvor diante de todas as nações.

Isaías 61:11

PIOVESANA, Henry Monteiro. **O profissional de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar atuando como facilitador em uma perspectiva territorial.** 2018. 75 p. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMO

O trabalho visa demonstrar, como e onde o profissional em DRUSA pode, como uma possível resposta no mercado de trabalho, ingressar em sua carreira profissional, atuando como um facilitador no âmbito do Desenvolvimento Rural e da Segurança Alimentar, profissão essa, que, como será demonstrado, contempla suas competências e permite a plena aplicação das capacidades desenvolvidas no curso. O método de pesquisa utilizado é o de pesquisa qualitativa, onde foram usadas as técnicas de coleta de dados através de pesquisa de campo, sendo realizada entrevista semi-estruturada, com perguntas exploratórias, análise documental e revisão bibliográfica. Os resultados demonstraram que o perfil do profissional em DRUSA, assim como o do facilitador, possuem abordagens e metodologias similares e, em alguns casos, iguais; ambos trabalham com o foco no processo e não diretamente nos resultados frente os atores participantes, sendo que a bagagem teórica do profissional de DRUSA o capacita para compreender e diagnosticar a complexidade do território. Através das temáticas de DRUSA e a soma das competências de facilitação, possibilitam como o egresso atuar desenvolvendo todo o conhecimento adquirido em sua formação acadêmica.

Palavras-chave: DRUSA. Facilitador. Complexidade. Interdisciplinaridade. Profissão.

PIOVESANA, Henry Monteiro. **The professional of Rural Development and Food Security acting as a facilitator in a territorial perspective.** 2018. 75 p. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

ABSTRACT

The aim of this work is to demonstrate how the DRUSA professional can, as a possible response in the labor market, enter his professional career, acting as a facilitator in the field of Rural Development and Food Security, a profession that, as will be shown, contemplates competences and allows the full application of the skills developed in the course. The research method used is a qualitative research, where the data collection techniques were used through field research, with semi-structured interviews, exploratory questions, documentary analysis and bibliographic review. The results showed that the profile of the professional in DRUSA, as well as that of the facilitator, have similar and, in some cases, similar approaches, both work with the focus on the process and not directly on the result in front of the participating actors; theoretical DRUSA professional bag empowers you to understand and diagnose the complexity of the territory. Through the themes of DRUSA and the sum of the facilitation skills, they enable the egress to develop all the knowledge acquired in its academic formation.

Key Words: DRUSA. Facilitator. Complexity. Interdisciplinarity. Profession.

PIOVESANA, Henry Monteiro. **El profesional de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria actuando como facilitador en una perspectiva territorial.** 2018. 75 p. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMEN

Este trabajo busca demostrar, como el profesional de DRUSA puede, como una posible respuesta al mercado de trabajo, ingresar en su carrera profesional, actuando como un facilitador en el ámbito del Desarrollo rural y de la Seguridad Alimentaria, profesión que, como será demostrado, contempla sus competencias y permite la plena aplicación de las capacidades desarrolladas en esta carrera. La metodología de investigación utilizada es la cualitativa, con la utilización de técnicas de recolección de datos a través de salidas de campo, siendo realizadas entrevistas semiestructuradas, con preguntas exploratorias, análisis documentario y revisión bibliográfica. Los resultados demostraron que el perfil del profesional en DRUSA, así como el del facilitador, poseen enfoques y metodologías similares y, en algunos casos iguales; ambos trabajan enfocados en el proceso y no en el resultado frente a los actores participantes, tomando en cuenta que la amplia carga teórica del profesional en DRUSA lo capacita para comprender y diagnosticar la complejidad del territorio. A través de las temáticas de DRUSA y la suma de las competencias de facilitación, posibilitan que el egresado actúe aplicando todo el conocimiento adquirido en su formación académica.

Palabras clave: DRUSA. Facilitador. Complejidad. Interdisciplinaridad. Profesión.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Fluxos dos Eixos DRUSA	23
Figura 2- Esquema do mecanismo do curriculum DRUSA.....	25
Figura 3- Atuação do profissional em DRUSA como Facilitador	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Disciplinas dos eixos temáticos do curso de DRUSA	24
Quadro 2- Características e princípios das abordagens analíticas e sistêmicas	27
Quadro 3 - Competência profissional de DRUSA: Aspecto como um ator social do saber fazer	31
Quadro 4- Competência teórica profissional de DRUSA	32
Quadro 5- Formação de Facilitadores.....	46
Quadro 6- Perfis de facilitadores do Desenvolvimento Territorial.....	48
Quadro 7- Perfis dos facilitadores entrevistados	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALFA	Associação Latino-Americana de Facilitadores
CBO	Classificação Brasileira Ocupacional
DRUSA	Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FormPRO	Formação Profissional para o Mercado de Trabalho em Angola.
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
IAF.	International Association of Facilitators.
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
NDE	Núcleo Disciplinar Educacional
PDBR	Política de Desenvolvimento do Brasil Rural
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O CURSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR	17
2.1 EIXO DESENVOLVIMENTO RURAL	18
2.2 EIXO SEGURANÇA ALIMENTAR	20
2.3 A INTERDISCIPLINARIDADE EM DRUSA	21
2.4 A ABORDAGEM SISTÊMICA.....	26
2.5 COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS DE DRUSA.....	28
3 FACILITAÇÃO: CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE FACILITAÇÃO	35
3.1. FACILITAÇÃO COMO MÉTODO E A NEUTRALIDADE DO FACILITADOR	36
3.2 AMPLITUDE DO FACILITADOR	37
3.2.1 Facilitador do Desenvolvimento Territorial.....	38
3.2.2 Origem da facilitação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.....	39
3.3 O FACILITADOR	42
3.3.1 Competências	43
3.3.2 Tipos de Facilitadores.....	46
3.3.3 Características dos Facilitadores	47
4 ANÁLISE DO PERFIL DE FACILITADORES A PARTIR DE PESQUISA COM PROFISSIONAIS	49
4.1 APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E DIAGNÓSTICO A PARTIR DE CONCEITOS DE FACILITAÇÃO IDENTIFICADOS.....	49
4.2 ANÁLISE DO PERFIL DE FACILITAÇÃO DOS ENTREVISTADOS A FIM DE IDENTIFICAR AS COMPETÊNCIAS DO FACILITADOR.	55
4.2.1 Principais problemas enfrentados dos facilitadores entrevistados em relação a facilitação	57
4.2.1.1 A interdisciplinaridade na facilitação.....	60
4.2.1.2 Tipologia do facilitador e atuação	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67

APÊNDICES	72
APÊNDICE A - APRESENTAÇÃO DE PESQUISADOR E TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE PESQUISA	73
APÊNDICE B - AUTORIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A) PARA UTILIZAÇÃO DOS DADOS DE PESQUISA	74
APÊNDICE –C ENTREVISTA	75

1 INTRODUÇÃO

A representação estudantil do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) em 2015 foi oficializada neste mesmo ano na conformidade para participar de reuniões do colegiado, nas quais vislumbrou-se questionamentos sobre o Projeto Pedagógico do Curso- PPC, que passava por uma construção, e, a partir de duas reuniões consultivas do Núcleo Disciplinar Educacional – NDE com os discentes para discutir o curriculum do curso, dois temas que geravam questionamento nos estudantes ficaram em aberto, a saber, a base curricular do curso como interdisciplinar e a colocação do profissional no mercado de trabalho.

Sempre houve nos corredores debates e conversas entre os estudantes de DRUSA sobre do que se tratava o curso e no que trabalhariam, porém nunca se teve um consenso de opinião, mas se destacava duas posições a respeito do curso.

A primeira voltada a ciências agrárias, relacionado aos modos de produção, neste sentido o estudante, de alguma forma, associava o curso como uma contraposição da agronomia tradicional e que poderia trabalhar com agroecologia na parte técnica, isto se revelava não apenas nos discursos de alguns, mas também nas semanas acadêmicas, nas quais alguns minicursos apresentavam técnicas de produção.

A outra posição a respeito do curso era pensar no profissional de DRUSA como um articulador, político, gestor e projetista do Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, com enfoque nas ciências sociais aplicada. Assim como, os discentes também expressavam seus pensamentos em relação ao profissional, mercado de trabalho, metodologia e currículo do curso na semana acadêmica.

Todavia, se o discente ler as competências no PPC do curso, espera-se que já se possa descartar a primeira hipótese, mas a pergunta é por que fazer tal associação destas posições?

O curso de DRUSA é único no Brasil, porem tem aproximações com vários cursos de pós e mestrado nas temáticas dos eixos DRUSA, neste isolamento de graduação não temos como compararmos com outros cursos iguais. Por isto exige muito esforço dos docentes e discentes para poderem interpretar o currículo e apontar

aonde o curso quer chegar e que profissional quer formar.

Visto isso, a pesquisa em tela tem como foco o processo de formação do profissional de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA), entretanto, primeiramente se faz necessário compreender o projeto pedagógico do curso de DRUSA ofertado pela Universidade Federal de Integração Latino Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, Paraná, antes de apresentar o perfil e a competência do profissional DRUSA, pois é preciso conhecer a suas bases norteadoras e sua importância curricular a fim de tentar identificar seu escopo de atuação.

O curso de DRUSA está norteado em dois eixos estruturantes, sendo capaz de dialogar no eixo de Desenvolvimento Rural e o eixo de Segurança Alimentar, com interações que, segundo o documento o PPC, estrutura-se numa perspectiva interdisciplinar, inter-relacionando conhecimentos científicos, técnicos e saberes com vistas à construção de processos e interações socioculturais, socioeconômicos e socioambientais.

Os dois eixos estruturantes do curso de DRUSA contém uma rica bibliografia que conceitua os termos de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, estes temas ao mesmo tempo são complexos em si, porém estudados de forma sistêmica apresentam os problemas e realidades DRUSA, abordando as desigualdades, pobreza e falta de desenvolvimento na perspectiva latino americana.

Em um segundo momento apresentar-se-á o perfil do profissional em DRUSA, a fim de demonstrar como o formado em DRUSA pode expressar suas competências atuando como Facilitador, em ato contínuo, através de embasamento teórico, serão demonstrados os perfis do profissional em facilitação, suas características e como as mesmas enquadram-se na formação que foi ofertada ao acadêmico de DRUSA.

Por fim, será apresentada a pesquisa sobre o tema e seu diagnóstico, o método de pesquisa utilizado é a qualitativa, onde foram usadas as técnicas de coleta de dados através de pesquisa de campo, análise documental e revisão bibliográfica, o método serve para obter dados descritivos que expressam os sentidos dos fenômenos. A pesquisa foi desenvolvida a partir de:

Pesquisa bibliográfica através dos conceitos analisados de Desenvolvimento Rural, Segurança Alimentar, complexidade, interdisciplinaridade, abordagem sistêmica, facilitação, facilitador; já para análise documental foram analisados o Projeto Pedagógico do Curso DRUSA, leis sobre Assistência Técnica e

Extensão Rural, documentos e cartilhas de formação de facilitação pela FAO.

A pesquisa de campo foi feita através de entrevista semi-estruturada, que permitiu mensurar e testar as hipóteses. A aplicação da entrevista semi-estruturada aconteceu de forma pessoal e também online, através de diálogo presencial, de 1 a 22 de novembro de 2018, sendo que os entrevistados foram escolhidos conforme o seu conhecimento sobre o assunto, atuação e vivência com a facilitação.

A entrevista foi composta por perguntas exploratórias, porém, houve a preocupação em testar novas possibilidades a partir de cada diálogo, foi aplicado a entrevista em 6 pessoas que estão ou estiveram envolvidos com a temática da facilitação, a escolha destas pessoas foi a partir de sua identificação profissional como facilitador em seu campo de atuação.

Dentre os entrevistados 3 eram Brasileiros, 1 Argentino, 1 Norte Americano e 1 Angolano. Para essa pesquisa optou-se pelo anonimato parcial dos entrevistados, os identificando apenas por sua função e caracterização de seus trabalhos afim de manter sua privacidade e permitir maior liberdade em suas respostas.

Com isso, o trabalho em tela visa demonstrar, como o profissional de DRUSA pode, como uma possível resposta no mercado de trabalho, ingressar em sua carreira profissional como facilitador de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, profissão essa, que como será demonstrado, contempla suas competências e permite a plena aplicação das capacidades desenvolvidas no curso.

2 O CURSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

Os estudos que envolvem as temáticas do mundo rural e segurança alimentar são permeados por problemas complexos que as sociedades contemporâneas enfrentam nos dias de hoje, por isso as tomadas de decisões não podem ser meramente resolvidas por apenas um ponto de vista, seja ele econômico ou tecnológico, mas deve-se exercitar a compreensão do todo, para assim ter um diagnóstico mais próximo nas tomadas de decisões.

Sendo assim, o curso de bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar segue uma linha interdisciplinar em seu projeto.

Segundo Forte (2009), uma das formas de se perceber o conceito da interdisciplinaridade é a possibilidade de olhar por diferentes perspectivas uma mesma questão e quando se trata dos eixos do DRUSA, não existe uma disciplina central norteadora, pois as perspectivas são baseadas nas dimensões socioculturais, socioeconômicas e socioambientais.

Diante disto, pode se dizer que o foco do curso não é levar a uma abordagem analítica ou reducionista, como por exemplo, entender a genética de uma planta para melhorar a produtividade, ou produzir mais para alimentar o maior número de pessoas, ou ainda, aplicar tal agrotóxico para acabar com tal praga, protegendo a produção.

Muito embora o modelo educacional de especialização, de fato, tenha trazido grande avanço na ciência e respondido muitas questões, ainda não responde muitos problemas que as vezes estão vinculados em vários campos mistos, ou seja, abarcando o campo social, cultural, psicológico, assim como, de outras da área de exatas. Tal entendimento pode ser observado na complexidade, conforme descrito abaixo.

A especialização abstrai, extrai um objeto de seu contexto e de seu conjunto, rejeita os laços e a intercomunicação do objeto com o seu meio, insere-o no compartimento da disciplina, cujas fronteiras quebram arbitrariamente a sistemicidade (a relação de uma parte com o todo) e a multidimensionalidade dos fenômenos, e conduz à abstração matemática, a qual opera uma cisão com o concreto, privilegiando tudo aquilo que é calculável e formalizável. (MORIN, 2000)

Ao contrário deste modelo, a lógica da interdisciplinaridade será entender o problema com enfoque sistêmico pelas diversas perspectivas que vão além de uma via. Para Morin (2003, p.13), a palavra sistema é um conjunto organizado

de partes diferentes, produtor de qualidades que não existiriam se as partes estivessem isoladas umas às outras, já para Pombo (2008, p. 9-40), a ideia de interdisciplinaridade está relacionada à combinação, perspectivismo e convergência dos pontos de vista.

Hoje, percebe-se o conceito de interdisciplinaridade como polissêmico, pois a atitude interdisciplinar depende da história vivida, das concepções apropriadas e das possibilidades de olhar por diferentes perspectivas uma mesma questão. (FORTE, 2009, p.8)

Sendo assim, os eixos desenvolvimento rural e de segurança alimentar deverão ser estudados pelas partes integradoras, como sociedade, natureza, economia, cultura e política, na tentativa de compreender o problema do mundo rural e da falta de segurança alimentar em seus variados contexto em especial o da América Latina.

2.1 EIXO DESENVOLVIMENTO RURAL

O profissional de DRUSA existe na tentativa de promover o desenvolvimento rural no território específico e promover a segurança alimentar de determinada situação relacionado à desigualdade, pobreza e a falta de segurança alimentar, entretanto, de acordo com Veiga (2000), não existe “o desenvolvimento rural” como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano.

Segundo Veiga (2000), o desenvolvimento é um processo complexo, por isso muitas vezes se recorre ao recurso mental de simplificação, estudando separadamente o “desenvolvimento agrícola”, por exemplo, ou, como propõe Veiga, pode-se estudar separadamente o “lado rural do desenvolvimento”.

Corroborando com este entendimento, Kageyama (2004) aborda o desenvolvimento - econômico, social, cultural e político, como conceito complexo que só pode ser definido por meio de simplificações, que incluem “decomposição” de alguns de seus aspectos e “aproximação” por algumas formas de medidas.

As várias compreensões do conceito de desenvolvimento, relacionado à dimensão rural, pode distanciar do que realmente é desenvolvimento rural, mas, por outro lado, pode ser associado e aproximado. Por isto, o desenvolvimento rural não parte da literatura econômica, não confunde a noção de crescimento quanto ao poder aquisitivo, mas sim leva em conta outros fatores

importantes.

Também não será uma questão ligada à atividade agrícola e suas condições materiais de produção (NAVARRO, 2001, p. 83-100), tampouco o desenvolvimento sustentável ligado à projeção de desenvolvimento como crescimento, com o teor da discussão relacionado ao meio ambiente, pois quando o meio ambiente é prejudicado pelo desenvolvimento baseado no crescimento, torna-se insustentável, pois a natureza é incorporada no processo de reprodução social (SACHS, 1997, p.11-23).

Para a Organização das Nações Unidas - ONU é objetivado o progresso quando as gerações futuras conseguem desfrutar das condições em que nós desfrutamos hoje (CMMAD,1991). O Desenvolvimento Agrário estabelece bases de comparação entre as diversas situações do mundo rural, destaca os processos sociais de transmissão e propriedade da terra, como fator essencial de produção, porém ainda não é o reflexo do que compõe o rural em sua amplitude (NAVARRO, 2001, p. 83-100).

O conceito de Desenvolvimento Territorial, em certas partes, se aproxima do conceito de desenvolvimento rural, pela compreensão das relações socioeconômicas em seu espaço, que visa à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Segundo Moulaert (2008, *apud* OLIVEIRA, 2015), a teoria do desenvolvimento territorial (endógeno), combina três dimensões fundamentais, senão vejamos:

- 1) a exploração de recursos, podendo ser em parte regional, que resulte no crescimento econômico;
- 2) a identidade comunitária e cultural, que representa a dimensão sociocultural; e
- 3) a tomada de decisão e integração entre os grupos locais, que se constitui na dimensão política. (MOULAERT, 2008 *apud* OLIVEIRA, 2015, p.32)

Mas o que é Desenvolvimento Rural? A tentativa não será esgotar a explicação do que é, mas trazer alguns conceitos que poderão responder a questão para o profissional de DRUSA ver-se apto para atuar como um facilitador nos processos que permeiam este eixo.

Tendo como referência o documento da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural - PDBR , cabe resgatar e ressaltar alguns conceitos e princípios relevantes para os debates e as atividades da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Agrário - CNDRSS, senão vejamos:

O conceito de desenvolvimento rural não é entendido como modernização

agrícola, nem como industrialização ou urbanização do campo. O desenvolvimento está associado à ideia de criação de capacidades - humanas, políticas, culturais, técnicas etc.- que permitam às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil. Para tanto, é indispensável que essas populações ampliem seu acesso a recursos materiais e simbólicos - terra, crédito, conhecimento e informações, organização etc, a bens e serviços - públicos e privados - e a oportunidades - de emprego, geração de renda, saúde, educação etc. originadas principalmente nas políticas públicas, mas também em mercados. Ademais, esse processo de ampliação de capacidades e de acessos que caracteriza o desenvolvimento deve também criar condições para que as populações possam precaver-se contra o aumento dos riscos - sociais, ambientais, econômicos, entre outros normalmente associados a processos complexos de mudança social implícitos na consideração do desenvolvimento (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013, p.13).

O PPC do curso de DRUSA conceitua desenvolvimento rural remetendo a capacidade de processo, de ação, de função e, como tal, é dinâmico e ocorre sobre uma base territorial; passagem do isolamento socioeconômico para integração setorial e com os espaços urbanos; conversão da especialização em diversificação técnico-produtiva, agrícolas e não agrícolas. Ademais, é um processo de múltiplas dimensões: econômicas, socioculturais, político-administrativas e ambientais (UNILA, DRUSA, PPC, 2014, p.4).

O eixo de desenvolvimento Rural visualiza a amplitude e a complexidade do espaço rural dentro de uma perspectiva territorial, priorizando a agricultura familiar como elemento chave dos processos sociais, econômicos, ambientais, produtivos e culturais em suas mazelas e potencialidades.

2.2 EIXO SEGURANÇA ALIMENTAR

O Eixo de Segurança Alimentar do curso de DRUSA é uma resposta ao fortalecimento do seu conceito no Brasil, baseado na Lei 11346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Como pode-se vislumbrar abaixo no trecho da lei disposto.

Segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

Nesta mesma linha, Maluf e Reis (2005) expõem três pontos importantes contidos nesta definição; a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se

constituiu na materialização de um direito que postula o acesso regular e permanente à alimentos de qualidade e em quantidade suficiente; a promoção da SAN não deve comprometer a satisfação de outras necessidades essenciais à existência humana; e a promoção da SAN significa também a promoção da saúde, do respeito a diversidade cultural e da sustentabilidade econômica e ambiental.

O PCC do curso de DRUSA segue o mesmo entendimento, visto que segundo o documento, este tema é debatido na América Latina, a partir de bases nas práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis, ou seja, uma alimentação saudável, diversificada, em quantidade suficiente, social e culturalmente reconhecida, retratada como um direito humano fundamental, um direito à vida e à cidadania (UNILA, DRUSA, PPC, 2014, p.5).

O eixo de segurança alimentar também segue outro ângulo na compreensão da segurança alimentar, pois, segundo Maluf (2007) com âmbito da soberania alimentar, deve se reconhecer que o comércio internacional não é a fonte confiável à SAN e de outro, que a produção doméstica (nacional) de alimentos é estratégica para todos os países do mundo, principalmente os grandes países como o Brasil.

E é neste ponto da soberania alimentar que os eixos desenvolvimento rural e segurança alimentar se unem, pois a concretização da soberania alimentar se dará com o fortalecimento da agricultura familiar, com a participação destes nos processos decisórios e executivos, referente à reforma agrária, na autonomia de novas tecnologias contextualizadas a estes tipos de comunidades rurais (indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos), apoiando a comercialização e gestão local dos espaços rurais, fomentando o desenvolvimento territorial (UNILA, DRUSA, PPC, 2014 p.6).

Diante disso, após a breve conceitualização dos termos, caminhamos para o entendimento de como funciona o currículo DRUSA para posteriormente compreendermos o profissional em DRUSA.

2.3 A INTERDISCIPLINARIDADE EM DRUSA

Ao entendermos do que se trata o conteúdo do curso e a inter-relação dos dois eixos desenvolvimento rural e segurança alimentar, o desafio é entender o

currículo e o processo de mudança de paradigmas que estão presentes nas múltiplas dimensões: econômicas, socioculturais, político-administrativas e ambientais.

O currículo DRUSA é usado para designar o programa do curso, abrangendo as várias atividades educativas por meio dos conteúdos desenvolvidos, assim como, os materiais e metodologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem.

A teoria crítica¹ ajuda nos colocar na missão de entender a falta de desenvolvimento rural e a insegurança alimentar, através de uma visão crítica sobre os casos históricos e presentes de injustiças sociais no mundo rural e o problema da fome. Isto é possível porque, segundo Macedo (2007) a teoria crítica volta-se a compreender o que o currículo faz com as pessoas e as instituições e não apenas como se faz currículo.

No caso o currículo DRUSA, pode se analisar através do pensamento de Borges (1985) referente ao “currículo oculto”, preocupado em desnaturalizar e problematizar os mecanismos encobertos de poder que influenciam a falta de desenvolvimento rural e a insegurança alimentar.

É na compressão destes dos dois problemas: falta de desenvolvimento rural e de insegurança alimentar, que o curso de DRUSA chama para dialogar as disciplinas interfecundando-as (interdisciplinar), no intuito de melhor compreender muitas das realidades, que hoje, pelas suas complexidades, revelam-se impossíveis de ser explicitadas e resolvidas por visões pautadas na perspectiva monodisciplinar (MACEDO, 2007, p.51).

Segundo Japiassu (1976), os estudos e pesquisas interdisciplinares podem ajudar os cientistas a solucionarem as questões problemáticas, que estão além dos campos especializados e fragmentados da ciência, ao proporcionar a comunicação e diálogo estudiosos de diferentes áreas, por outro lado, a cultura

¹ Um dos princípios da teoria crítica é que se opõe à separação entre sujeito e realidade. No que toca a esta postura, todo conhecimento depende das práticas da época e da experiência. Não existe, desta forma, nenhuma teoria pura que se consiga sustentar ao longo da história. Por extensão, o conhecimento sistematizado e a ciência desenvolvem-se no que toca às mudanças da vida social. A praxis, desta forma, está relacionada com a organização do conhecimento científico que existe numa dada altura histórica. A partir destes raciocínios, a teoria crítica presta especial atenção o contexto da sociedade e opõe-se às teorias fechadas, apostando numa construção do saber de tipo dialético. Entre os principais defensores da teoria crítica, destacam-se Walter Benjamin, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Max Horkheimer, Erich Fromm e Jürgen Habermas. Disponível em: <<https://conceito.de/teoria-critica>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

disciplinar impossibilita esse acontecimento, uma vez que desune e compartimenta os saberes, fazendo com que cada um desenvolva as suas atividades isoladamente.

Neste caso, os eixos de DRUSA são compreendidos através da interdisciplinaridade, com um elo mais aplicado para as ciências sociais para o entendimento econômico, cultural, político, histórico, ambiental e de gestão de projetos para a complexidade destes eixos.

Morin (2011) corrobora para este entendimento ao afirmar que, é impossível compreender completamente os problemas sociais que envolvem o homem através da disjunção ocasionada pelos campos científicos repartidos nas disciplinas, visualizando-os separadamente a partir de conhecimentos relacionados a cada área.

A figura abaixo representa as conexões entre o 4 eixos temáticos do curso, cada eixo contém um grupo de disciplinas, estas disciplinas são os fluxos de conhecimento que transitam entre os eixos e que convergem ao objetivo central do tema DRUSA.

Figura 1- Fluxos dos Eixos DRUSA



Fonte: Adaptado de UNILA, DRUSA, PPC, 2014.

A interdisciplinaridade neste caso funcionaria no sentido das interações dos eixos temáticos e dos fluxos dos saberes das disciplinas convergindo para o tema DRUSA.

Os eixos temáticos alocam um conjunto de disciplinas e assim expressa a estrutura do curso. Vejamos o quadro a baixo.

Quadro 1: Disciplinas dos eixos temáticos do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Eixos Temáticos	Disciplinas
Desenvolvimento Rural	Introdução ao Desenvolvimento Rural e à Segurança Alimentar; Dinâmica dos Sistemas Agrários Introdução à Economia Introdução à Sociologia Teorias do Desenvolvimento Rural Introdução à Antropologia Sociologia do Mundo Rural Economia do Espaço Rural Estado e Políticas Públicas Antropologia das Populações Rurais Desenvolvimento Rural na América Latina Organização Social e Movimentos Sociais Rurais Associativismo e Co-operativismo na América Latina Políticas Públicas para a Agricultura e Espaço Rural Agricultura, Tecnologia e Sustentabilidade Extensão Rural
Segurança Alimentar	História da Alimentação Alimentação e Cultura Alimentos, Nutrição e Saúde Sistemas Agroalimentares Legislação, Qualidade e Controle de Alimentos Políticas de Soberania e Segurança Alimentar
Fundamentos de Ciências Exatas e da Natureza	Introdução à Biologia Fundamentos de Matemática Fundamentos de Química para a Agricultura Estatística Agroecossistemas I Pedologia e Geomorfologia: bases conceituais aplicadas ao espaço rural Agroecologia
Planejamento e Gestão de Projetos	Planejamento, Elaboração e Avaliação de Projetos. Planejamento Rural e Análise de Informações Espaciais Gestão de Projetos Planejamento e Gestão Ambiental

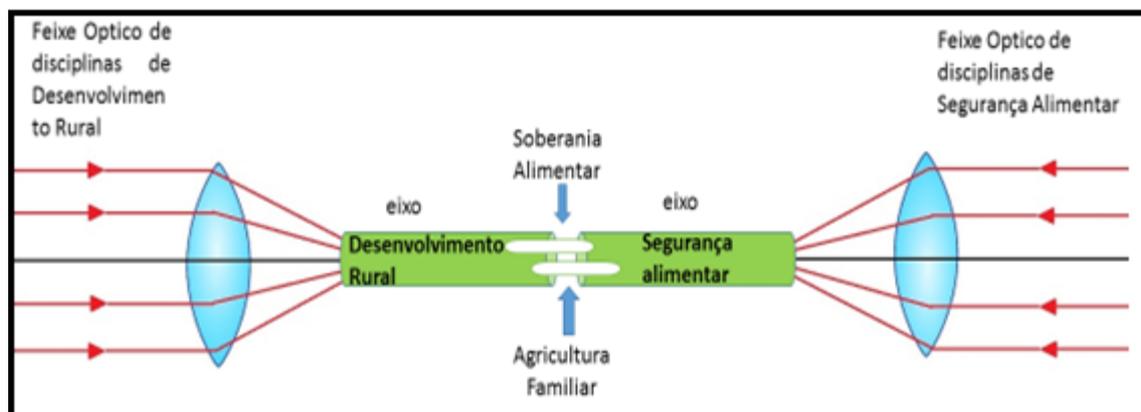
Fonte: UNILA, DRUSA, PPC, 2014. p. 17.

É um desafio trabalhar na lógica interdisciplinar exige um esforço duplo de docentes e discentes para entender as disciplinas como ela é, como ela se converge no tema central (DRUSA) e como se relaciona com as outras disciplinas. Este esforço de entender e operacionalizar a interdisciplinaridade na graduação ainda é recente podendo avançar e amadurecer com o tempo.

Para tentar explicar as relações disciplinares com a interdisciplinaridade criou-se um esquema que a partir da analogia da teoria da física

da lente de convergência², explicando o mecanismo interdisciplinar do curriculum DRUSA.

Figura 2- Esquema do mecanismo do curriculum DRUSA



Fonte: Resultado da pesquisa (2018).

As flechas representam as disciplinas dos eixos temáticos de DRUSA, que atravessam a lógica da interdisciplinaridade (lente de convergência - figura de formato biconvexa), que convergem com foco em um ponto, no caso os eixos DRUSA. Conforme citação a seguir:

A interdisciplinaridade não diluirá as disciplinas, mantendo sua individualidade e integrando as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registros sistemáticos dos resultados (BRASIL, 1999).

Neste caso, o eixo Desenvolvimento Rural e o de Segurança Alimentar serão o campo de estudo, ou seja, o foco em que as disciplinas por suas perspectivas esforçam para as práticas de convergência³ em um eixo comum.

² É uma lente esférica com comportamento convergente, a luz que incide paralelamente entre si é refratada, tomando direções que convergem a um único ponto. Tanto lentes de bordas finas como de bordas espessas podem ser convergentes, dependendo do seu índice de refração em relação ao do meio externo. O caso mais comum é o que a lente tem índice de refração maior que o índice de refração do meio externo.

"Lentes convergentes" em Só Física. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2018. Disponível em: <<http://www.sofisica.com.br/conteudos/Otica/Lentesesfericas/convergentes.php>> . Acesso em: 28 set. 2018.

³ Práticas de convergência, de análise de um terreno comum, estudos por áreas, que envolvem convergência das perspectivas. Este tipo de interdisciplinaridade tem sido muito utilizado em objetos dotados de certa unidade: por exemplo, regiões geograficamente circunscritas e dotadas de grande unidade cultural ou linguística. Falando de coisas recentes, os americanos são reconhecidamente especialistas em fazer estudos de determinadas áreas onde pensam depois investir em força, aquilo a que se chamam estudos de convergência em terreno comum. Isto é, uma espécie de conhecimento exaustivo de regiões estratégicas para a liderança que se preparam para desempenhar na cena mundial. POMBO, 2008, p. 27.

Em seguida, os dois eixos de DRUSA se unem com relação intrínseca entre os temas de soberania alimentar e da agricultura familiar, pois estes temas transitam tanto em um eixo como o outro, são como uma solda dos eixos.

Se o curriculum DRUSA é interdisciplinar baseado em dois grandes eixos, é considerado um problema de um sistema, pois foge da lógica curricular tradicional, logo não é homogêneo, e, se não é homogêneo, tanto na academia quanto na classificação ocupacional brasileira pode ser considerado resíduo a ser descartado (MACEDO, 2007, p.38).

Entretanto, da perspectiva da teoria dos sistemas e da crítica complexa, os resíduos são produtos de sistemas que, para construir suas coerências, eliminam elementos. Porém, esses elementos não desaparecem, eles se reagrupam na periferia e num certo momento podem retornar em avalanche e desestabilizar o sistema (MACEDO, 2007, p.31). Logo o curriculum Drusa trabalha como um efeito tampão para as problemáticas em torno do desenvolvimento rural e da segurança alimentar.

2.4 A ABORDAGEM SISTÊMICA

Sinteticamente Bertalanffy (1976), apresenta uma definição da abordagem Sistêmica afirmando que: “um sistema seria um “complexo de elementos em interação”. Já para Miguel (2009, p.14) um sistema “é um objeto complexo, de estrutura global, formado por componentes distintos e em interação mútua e dinâmica, ligados entre si por certo número de relações e organizados em função de um objetivo”. Um sistema complexo do mundo rural e da segurança alimentar tem a ver com inúmeras redes sociais que interagem no território.

A abordagem sistêmica, ao evidenciar a existência de interações entre os elementos que compõem o objeto em estudo, apresenta-se como um meio de saída metodológico para o estudo de fatos complexos (no caso a pobreza como motor de falta de desenvolvimento rural e insegurança alimentar).

Neste caso, a abordagem sistêmica não nega a importância da abordagem analítica/cartesiana nos resultados, porém se apresenta como um instrumento do processo “que permita reunir e organizar os conhecimentos com vistas a uma maior eficácia da ação” (MIGUEL, 2009, p. 13.).

Para se ter uma visão comparativa entre as principais características e

princípios da abordagem sistêmica e da abordagem analítica/cartesiana, apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro 2. Características e princípios das abordagens analíticas e sistêmicas

Abordagem Analítica	Abordagem Sistêmica
<ul style="list-style-type: none"> • Somente o resultado conta. • O objetivo complexo é decomposto em elementos que devem ser isolados. • Ela ressalta a superioridade do especialista (processo de transmissão do conhecimento descendente). • O especialista acredita conhecer a solução melhor e mais apropriada. • Ela constrói teorias e modelos fundamentados na matemática e que priorizam os aspectos quantitativos. • A validação se dá pela prova experimental. • Afirma-se a disciplinaridade. • Linearidade, monorracionalidade e monocritérios presidem a tomada de decisão. • Existe independência entre os meios e os resultados. • O conhecimento é a descoberta daquilo que é preexistente. • Ela afasta as contradições, para que a realidade se aproxime do esquema construído. 	<ul style="list-style-type: none"> • O importante é o processo • Os elementos são articulados e relacionados entre si e com o todo. • O especialista procura compreender e aprender. • Existem muitas soluções satisfatórias. • Ela constrói um modelo sabidamente redutor. • A validação se dá pela eficácia e eficiência na transformação da realidade. • Afirma-se a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade. • Plurirracionalidade e multicritérios presidem a tomada de decisão. • Existe inter-relação entre os meios e os resultados. • O conhecimento é uma construção da realidade, uma atuação sobre a realidade. • Ela considera os conflitos e as contradições.

Fonte: MIGUEL, 2009, p. 17

Estas características e princípios da abordagem sistêmica responde como método que operacionaliza a lógica interdisciplinaridade do curriculum, e este é um dos desafios do curriculum Drusa, ter métodos que apontem para a interdisciplinaridade.

O resultado desta investigação comparativa entre as abordagens é apresentado nas linhas a seguir:

O resultado desta análise comparativa entre a abordagem analítica e a abordagem sistêmica mostra claramente que as duas abordagens partem de pressupostos totalmente distintos. Essa nítida distinção pode parecer, em um primeiro momento, a prova de um antagonismo irreconciliável. No entanto, as diferenças marcantes entre as duas abordagens permitem vislumbrar um enorme potencial de cooperação e de complementaridade. A abordagem analítica, alicerçada em uma visão pontual e focalizada, pode fornecer

elementos importantes para o estudo e a compreensão de fenômenos de configuração e impacto pontual e localizado. Em contrapartida, a abordagem sistêmica pode proporcionar uma visão de conjunto, fortemente estruturada e articulada, do fenômeno em estudo e deste com seu entorno. Portanto, a utilização concomitante e articulada das duas abordagens apresenta, indubitavelmente, um interesse notável para a pesquisa científica e aplicada, em especial ao se tratar do estudo de fenômenos ditos complexos. (MIGUEL, 2009, p.17)

As particularidades da abordagem sistêmica possibilitam compreender os fenômenos rurais e assim focar no sistema específico, que no caso é o sistema agrário. Segundo Wives (2008), nos estudos que almejam distinguir a realidade rural, o enfoque sistêmico permite abordar o objeto de estudo de forma ampla e holística, analisando as inter-relações de causa e efeito entre os diferentes elementos e a complexidade destas relações, sem deixar de perceber as suas especificidades nem tão pouco a noção global, que estão imbricadas na realidade dos fenômenos rurais.

Mazoyer (1985) refere-se a definição de sistema agrário como um conjunto de elementos a descobrir através do meio constituído historicamente, dos sistemas de produção, dos sistemas técnicos adaptados às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e às necessidades sociais do momento.

Um modo de exploração do meio que é o produto específico do trabalho agrícola, utilizando uma combinação apropriada de meios de produção inertes e meios vivos para explorar e reproduzir um meio cultivado, resultante das transformações sucessivas sofridas historicamente pelo meio natural.

Neste sentido, a complexidade pode ser vista através da falta de segurança alimentar e da falta de desenvolvimento rural e que a interdisciplinaridade nos ajuda a compreender a complexidade por diversas perspectivas (disciplinas) e a abordagem sistêmica compreende os diversos elementos do objeto complexo (eixos DRUSA), a fim de se aproximar do diagnóstico mais coerente com a realidade.

2.5 COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS DE DRUSA

O PPC do curso DRUSA é usado para designar o programa do curso, abrangendo as várias atividades educativas por meio dos conteúdos desenvolvidos, assim como, os materiais e metodologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem apontando as competências profissionais a qual pode atuar.

O curriculum deve contribuir para construção da identidade dos alunos na medida em que ressalta a individualidade e o contexto social que estão inseridos, além de ensinar um determinado assunto, deve aguçar as potencialidades e a criticidade dos alunos, para posteriormente vir a se tornar um profissional de determinada área (BARBOSA, 1999).

No caso do profissional de DRUSA, o primeiro ponto é a falta de clareza estabelecida entre ocupação profissional e formação. A Classificação Brasileira Ocupacional (CBO) não é uma classificação educacional de formação ou de diplomas, visto que indivíduos de formação idêntica podem exercer ocupações distintas (CBO – 2010)⁴

Neste sentido, não existe o título ocupacional⁵ de DRUSA, logo não há emprego ou situação de trabalho⁶ para esta atividade formalmente, mas isso não significa que um formado em DRUSA não contenha as competências para o desempenho de atividades de trabalho específico referente à competência⁷.

O não ter o título ocupacional do CBO, não significa que um profissional de DRUSA esteja isolado na informalidade, mas que precise neste primeiro momento, que não está consolidado através das oportunidades, de uma proximidade de habilidades cognitivas comuns exigidas no exercício de um campo de trabalho mais elástico, composto por um conjunto de empregos similares que vai se constituir em um campo profissional do domínio x, y e z (CBO, 2010, p. 828).

Portanto, qual seria o campo profissional de DRUSA no qual o ocupante teria mais facilidade em se movimentar no conjunto de empregos similares? Seriam aqueles que correspondem pela identificação, pelos processos ou ramo de atividades referente às competências que o PPC DRUSA descreve.

As competências dos profissionais de DRUSA devem compreender a relação da aptidão e a formação para desempenhar suas atividades reais. Esta relação está no âmbito da dimensão de competência profissional, as quais Fleury e Fleury (2001) nos apresentam como um conjunto de conhecimentos, habilidades e

⁴A CBO é o documento normalizador do reconhecimento (no sentido classificatório), da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdo das ocupações do mercado de trabalho brasileiro.

⁵ O título ocupacional, em uma classificação, surge da agregação de situações similares de emprego e/ou trabalho. Outros dois conceitos sustentam a construção da nomenclatura da CBO 2002

⁶ Emprego ou situação de trabalho: definido como um conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício. Esta é a unidade estatística a CBO.

⁷Domínio (ou especialização) da competência: relaciona-se às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos que identificarão o tipo de profissão ou ocupação.

atitudes que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas.

O conhecimento dentro da competência do profissional de DRUSA será o conjunto de informações obtido por meio do curriculum que possibilitará ao profissional o domínio do *saber* e a capacidade de tomar decisões e solucionar problemas.

A habilidade, neste âmbito, é a coleção de experiências obtidas por repetições que fornecem ao profissional o domínio do *saber fazer* e a capacidade de tomar decisões e solucionar problemas. E a atitude, é o conjunto de comportamentos adquiridos pela observação que confere ao profissional o domínio ético e afetivo de um *saber ser* e *saber conviver*, além da capacidade de tomar decisões e solucionar problemas (BOMFIM, 2012).

Para Saupe (2006), a competência profissional leva em conta o desenvolvimento da prática de uma ação fundamentada em conhecimento, para que assim haja um melhor desempenho em suas atividades, considerando o ambiente o qual está inserido. Já na perspectiva de Zarifian (2001), a competência profissional é uma combinação de conhecimentos, de saber fazer, de experiências e comportamentos que se exerce em um contexto preciso.

Quanto ao PPC de DRUSA, o documento relata duas perspectivas de competência profissional, sendo uma relacionada o profissional como um ator social do saber fazer e outra relacionada à competência técnica do profissional DRUSA.

Quadro 3 – Competência metodológicas do profissional de DRUSA: Aspecto como um ator social do saber fazer.

- Estimular e assessorar a condução de processos participativos, democráticos de cooperação e organização comunitárias afins ao desenvolvimento rural e a segurança alimentar.
- Atuar em atividades de educação e/ou extensão rural diretamente com agricultores familiares nos diversos contextos latino-americanos, comunidades rurais, organizações, tanto individuais e privadas quanto coletivas e públicas (prefeituras, sindicatos, associações, cooperativas).
- Atuar em atividades de educação e/ou extensão rural diretamente com agricultores familiares nos diversos contextos latino-americanos, comunidades rurais, organizações, tanto individuais e privadas quanto coletivas e públicas (prefeituras, sindicatos, associações, cooperativas).
- Mobilizar conhecimentos e saberes para atuarem juntos aos atores sociais em seus contextos, com ênfase nos estabelecimentos de produção familiar, valorizando a diversidade da América Latina.
- Promover a socialização do conhecimento acadêmico e os saberes
- Contextualizados
- Apresentar uma perspectiva de pesquisa e reconstrução crítica do conhecimento e da realidade.

Fonte: UNILA, DRUSA, PPC, 2014.

O outro aspecto de competência profissional de DRUSA está relacionado à habilidades técnicas, segundo Perrenoud (1999) a competência profissional é um conjunto de recursos cognitivos para solucionar com eficácia várias situações, apoiada em conhecimentos.

Quadro.4- Competência teórica profissional de DRUSA

- As competências do profissional de DRUSA identificadas conforme o PPC são:
- Saber identificar, analisar e problematizar o escopo do desenvolvimento rural e da segurança alimentar de cada contexto e a relação sistêmica com outras realidades.
- Conceber e utilizar metodologias adequadas a cada realidade para implementar ações de planejamento e gestão de projetos, incluindo o monitoramento e avaliação, interações local/regional, nacional e latino-americanas numa perspectiva multi e interdisciplinar ao considerar as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais.
- Projetar e implementar processos produtivos abrangendo a perspectiva social, técnica, ambiental, cultural e econômica ao fortalecer as relações de proximidade e o alargamento das redes dos atores sociais.
- Contribuir para o processo de (re)conversão produtiva das unidades de produção com ênfase na agroecologia.
- Contribuir com o planejamento e a gestão de diferentes tipos de organizações sociais, tanto individuais e privadas (de produção, agroindústria, de comercialização, outras) como coletivas e públicas (prefeituras, sindicatos, associações e cooperativas), que visem o fortalecimento da cooperação e solidariedade no espaço rural, na agricultura e na sociedade.
- Contribuir para a formação de agentes de processos de desenvolvimento rural e segurança alimentar.
- Desenvolver a capacidade de interação com a realidade dos diversos grupos sociais para gerar novos processos e tecnologias sociais adaptados às diferentes realidades em que estão inseridos.
- Realizar pesquisas e estudos que contribuam para o resgate de experiências e conhecimentos dos atores sociais, para a geração e validação de tecnologias adaptadas à realidade dos agricultores.
- Participar na proposição, formulação, implementação e gestão de projetos e programas voltados para o desenvolvimento rural e a segurança alimentar privilegiando os espaços públicos e participativos.
- Promover ações voltadas para o desenvolvimento territorial visando comunidades e grupos organizados na esfera local e regional.
- Conhecer e discutir políticas públicas promotoras do desenvolvimento rural, da segurança e soberania alimentar direcionadas às comunidades e grupos locais e regionais.
- Identificar a estrutura do espaço rural com grupos de produtores organizados no município e na região.
- Assessorar organizações sociais do espaço rural para o seu desenvolvimento e soberania alimentar.
- Articular diálogos entre técnicos e profissionais atuantes no campo do desenvolvimento rural e da segurança alimentar para desenvolver, implementar e acompanhar projetos voltados à agricultura familiar local e regional, agregando valores a esses produtos.

Fonte: UNILA, DRUSA, PPC, 2014

O PPC do curso de DRUSA indica as competências profissionais em dois aspectos, primeiramente metodológico enquanto ator social do saber-fazer e posteriormente pela capacidade teórica. Estes dois aspectos de competência

apontam as áreas de atuação do profissional, que podem ser nas diferentes organizações tanto individuais e privadas (pequenas e médias agroindústrias, unidades de produção agrícolas, empresas), quanto coletivas e públicas (governos municipais, estaduais e federais, sindicatos, associações, cooperativas, organizações não governamentais, instituições de ensino, pesquisa e extensão).

O conceito de competência para CBO tem duas dimensões referentes à atividade do emprego ou trabalho, sendo reconhecido o nível de competência que é função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho, e domínio (ou especialização) da competência: relaciona-se às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos que identificarão o tipo de profissão ou ocupação (CBO, 2010, p. 7-8).

O profissional de DRUSA e o profissional de facilitação a qual será explicado no próximo capítulo, de certa forma não existem no âmbito de CBO, embora a facilitação seja uma função de um profissional como adjetivo no Brasil, em âmbito global existe a Associação Internacional de Facilitadores (IAF), que é uma organização que certifica a pessoa facilitadora de diversas áreas como profissional reconhecido em mais de 65 países⁸ e a Associação Latino-Americana de Facilitadores (ALFA)⁹ que desenvolve e fortalece a arte e a ciência da facilitação para a profissionalização, promovendo a facilitação como meio para o desenvolvimento humano e a transformação social.

Segundo o site da IAF, a associação profissional estabelece padrões da indústria internacionalmente aceitos, isto significa que existe uma demanda do mercado laboral em alguns lugares como profissional formal e em outros existe a função ou cargo de ocupação de uma determinada profissão.

O formado em DRUSA tem um grande desafio profissional dentro do mercado de trabalho, pois, embora haja espaço, o mesmo não é reconhecido pela CBO, e se não é reconhecido precisa ser construído baseado na matriz curricular do curso, metodologias e teorias que contemplem a interdisciplinaridade com aplicação prática que apresente suas características e competências indo de encontro com as

⁸ IAF. International Association of Facilitators. Disponível em: < <https://www.iaf-world.org/site/es/home> >. Acesso em: 27 nov. 2018.

⁹ Asociación Latinoamericana de Facilitadores. Disponível em: < <http://alfa-facilitadores.org/> >. Acesso em: 10 nov. 2018

necessidades do mercado laboral.

A pesquisa em tela direcionará a atividade do Facilitador como uma plataforma a fim de possibilitar que o profissional em Drusa possa externar suas competências.

3 FACILITAÇÃO: CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE FACILITAÇÃO

O número de praticantes de facilitação em áreas como o de desenvolvimento rural, ordenamento do território ou formulação de políticas está aumentando a cada dia e a demanda por esses profissionais está crescendo ainda mais rapidamente. Isto nos traz uma opção de como e onde o profissional de DRUSA pode atuar através do adjetivo Facilitador. (Groot, 2002, p.15)

O curriculum interdisciplinar de DRUSA aborda áreas nos eixos temáticos nas determinadas disciplinas que contemplam diretamente com as áreas de desenvolvimento rural, territorial e de políticas, isto revela que tanto o profissional de DRUSA como o de facilitação podem muito bem se complementarem devido a aproximação teórica e metodológica.

A questão do profissional de DRUSA, neste primeiro momento, não é como ser reconhecido formalmente por sua ocupação, mas de que maneira atuar na amplitude de suas competências. Para isto, o próximo capítulo relacionará a atividade de Facilitação demonstrando a possibilidade do profissional de DRUSA atuar em sua plenitude.

A facilitação pode ser vista em diversos ramos de trabalho, ângulos e suas diversas metodologias aplicáveis em seus contextos. Segundo Groot (2002) nas áreas de gestão ambiental, agricultura sustentável, ordenamento territorial, gestão organizacional e desenvolvimento comunitário, o termo “facilitação” soa como zumbido, ou seja, existe a aplicação do trabalho do facilitador, mas ainda não consolidado, não tão claro, que precisa ser aperfeiçoado para uma melhor clareza.

Diferentemente da transparência dos papéis desempenhado pelos facilitadores nas áreas de gestão de negócios educação de adultos que visam melhorar a competência de aprendizagem individuais, de grupos e de organizações para a melhoria do desempenho inovador.

CAMPBELL (1994) relaciona a facilitação com a promoção da sinergia entre as pessoas para melhorar a sua capacidade de tomada de decisão e ação (coletivo), ligando intervenientes, com o outro ou com outros recursos. No caso o que melhor revela a “sinergia” das relações é o sentido da comunicação e inteligibilidade que se dão simultaneamente como elementos chave da compreensão das relações horizontais de co-participação no ato de pensar sobre o objeto.

O que melhor se aproxima de forma genérica do que é Facilitação, é

apresentado pela parceria entre a Agencia Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), no projeto de Formação Profissional para o Mercado de Trabalho em Angola (FormPRO), senão vejamos:

Facilitação é o processo de conduzir um grupo na aprendizagem ou na mudança, de uma forma que incentive todos os membros a participarem. Esta abordagem parte do pressuposto que cada pessoa possui algo único e valioso para compartilhar. Sem a contribuição e o conhecimento de cada pessoa, a capacidade do grupo de compreender ou responder a uma situação pode diminuir[...] (FormPRO, 2012. p.5)

A Facilitação pretende provocar a criatividade dos participantes, desenvolver novas ideias, chegar a decisões e resultados em conjunto, com base no consenso de todos os participantes. O êxito de tal processo depende muito do facilitador, mas também do ambiente no grupo e do interesse e da atitude aberta de cada um dos participantes.

Neste sentido, a facilitação é o processo de conduzir e mobilizar de forma participativa um grupo à um alvo, catalisando singularidades dos atores, envolvendo-os no diagnóstico da situação, no desenvolvimento de novos conhecimentos e percepções, buscando as decisões e ações em conjunto, baseado na participação democrática.

Para que se desenvolva este processo é necessário o papel da pessoa facilitadora e também do interesse do grupo a ponto de serem empoderados na lógica da abordagem que vem de baixo para cima.

De modo geral, a facilitação é um processo de capacitação, catalisação e orientação que cria e apoia um espaço para envolvimento e participação resolutos¹⁰. Para Castillo (2005) a facilitação é orientada para incentivar, liderar, estimular, orientar e coordenar tarefas de ação coletiva e participativa.

3.1. FACILITAÇÃO COMO MÉTODO E A NEUTRALIDADE DO FACILITADOR

A literatura mais ampla sobre facilitação apresenta a pessoa facilitadora como neutra diante do grupo, Schwarz (2002, p.5), defende que a facilitação de grupos é um processo no qual uma pessoa, cuja escolha é aceitável para todos os membros do grupo e que é substancialmente neutro e que não tem

¹⁰ Asociación Latinoamericana de Facilitadores. Disponível em: <<http://alfa-facilitadores.org/>>. Acesso em 10 nov. 2018

autoridade substancial para a tomada de decisões, intervém para ajudar um grupo a melhorar, como identifica e resolve seus problemas e toma decisões para aumentar sua efetividade; este tipo de pensamento corrobora com a visão da IAF.

Outros autores que debatem o tema, também sustentam seu posicionamento, como Helf (2014, p. 333-335) que exemplifica que a facilitação muitas vezes é interpretada como um trabalho realizado através de um conjunto de reuniões. Para Costamagna (2017), o conjunto de reuniões é parte do processo, contrariando assim esta linha literária (da facilitação como método e do facilitador como neutro diante do grupo de trabalho), a qual foca nos métodos de facilitação nas reuniões e oficinas deixando o processo de facilitação num segundo plano.

Esta linha literária que apresenta a pessoa facilitadora como neutra, geralmente compreende a facilitação mais próxima de um método, como vemos a seguir.

Facilitação é um método utilizado para assistir e apoiar processos de participação, discussão e decisão em grupo. Trata-se, fundamentalmente, de um conjunto específico de procedimentos e técnicas – de mediação, negociação, gestão de conflitos, gestão de grupos e equipes de trabalho, entre outros - utilizando na condução de eventos ou processos de grupo, como reuniões, sessões de trabalho, workshops, debates, etc. Nesses processos, o facilitador atua como um dinamizador da comunicação e um catalizador das opiniões e energias de todos os participantes, estimulando a dinâmica do grupo, a formação de consensos e a harmonização de interesses, com vista à concretização de tarefas e objetivos específicos. (SCHIEFER, TEIXEIRA, MONTEIRO, 2006, p.15)

Esta linha literária da facilitação como método e do facilitador como neutro não será a linha que corresponderá com o objetivo do profissional em Drusa atuando como facilitador, para isto apresentar-se-á outras linhas que nortearão o facilitador como modo de ser (plataforma de um profissional) e como não neutro diante do processo.

3.2 AMPLITUDE DO FACILITADOR

A visão da facilitação como método ou na perspectiva voltada a grupos é evoluída para uma visão sistêmica e a valorização do contexto (COSTAMAGNA, LARREA , 2017, p.74), sendo assim, o facilitador expande sua percepção, que não somente estará voltada ao grupo alvo, mas também nas relações e contextos aos quais os atores estão envolvidos, esta visão de amplitude na facilitação pode ser observada como o Arce (2016) define:

[...] processos e funções que permitem interagir com os paradigmas, pensamentos, sentimentos, emoções e manifestações (discursos, atitudes e práticas) de pessoas e coletivos em um marco sistêmico e contextual, de modo tal que se possa abordar a complexidade através da abertura do conjunto de suas capacidades, faculdades e potencialidades orientado para estabelecer relações, vínculos, entendimentos ou acordos que, eventualmente, possam se converter em objetivos que gerem ações transformadoras em conformidade com a natureza e o cosmos. (ARCE, 2016, p. 202)

A facilitação neste sentido passa estar baseado numa visão mais aberta relacionado com a complexidade das relações, componentes e elementos, e a pessoa facilitadora passa ser um jeito de ser de um determinado profissional que interpreta as relações com sua própria posição e também a posição dos envolvidos diante dos problemas a fim de convergir da melhor forma objetivos para tomada de decisão destes.

3.2.1 Facilitador do Desenvolvimento Territorial

A visão mais próxima do tipo de facilitação que se aproxima do profissional de DRUSA é a do mesmo atuando como facilitador em Desenvolvimento Territorial (DT) de Costamagna e Larrea (2017), que aborda a facilitação explorando a ideia do desenvolvimento territorial como processo emergente de construção social em contextos complexos, não acontecendo de forma espontânea, e, que é possível trabalhar de forma ativa na criação das condições para que este processo emergja de forma construtiva.

Para tanto, Costamagna e Larrea aportam estratégia de construção de capacidades para o facilitador do desenvolvimento territorial como resposta à complexidade sendo:

A inseparabilidade do processo de desenvolvimento e o processo de formação, a aceitação do conflito como parte natural do DT, diálogo como processo crítico, espaço para o diálogo, as pessoas como motor do processo, a integração das múltiplas realidades e das emoções, a tensão entre o indivíduo e o coletivo (COSTAMAGNA e LARREA, 2017, p.74).

Dentro desta abordagem, para que isto ocorra, será necessário entender o contexto complexo, a teoria da complexidade, que trata-se de contribuições vinculadas à evolução e à mudança dos sistemas não lineares e à incapacidade de entender totalmente o todo através da compreensão das partes, o que faz com que o comportamento do sistema seja impossível de se prever.

Sendo assim, o contexto complexo é o território com suas singularidades e que por si só não consegue se desenvolver de uma forma eficaz que participe os múltiplos atores para tal avanço e benefício. Diante disso, a compreensão do complexo não se entende por uma das partes (de um grupo de atores, agências, etc.), mas sim pelo todo, examinando suas redes e fluxos para a compreensão.

3.2.2 Origem da facilitação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar

A compreensão do profissional em DRUSA como um facilitador é ajustado na literatura de Groot (2002), que apresenta a origem do facilitador como um “novo profissional” diante das problemáticas que emergiam no contexto de projetos de desenvolvimento para áreas afetadas pela pobreza, entre a área de maior destaque o mundo rural tem uma evidência devido às condições e falta de acessos destas pessoas.

De acordo com a autora, a origem do facilitador advém dos termos da pesquisa-ação nas décadas de 1930 e 1940, quando pesquisadores sociais e agentes de desenvolvimento comunitário chegaram à conclusão que a ciência social tradicional não dava conta para solucionar os problemas sociais.

A outra base de sustentação da facilitação é a participação social para dentro dos processos de desenvolvimento, sendo que na década de 1950 com o reconhecimento de que a sociedade é uma sociedade pluralista, caracterizada por múltiplos atores com interesses conflitantes, valores e percepções, e que projetos de desenvolvimento que tinham um viés estritamente para o direcionamento tecnicista, deixando de lado a construção social em torno destes projetos, obtinham resultados catastróficos.

Com isso começou a valorização da participação das partes interessadas (atores), para o desenvolvimento contextualizado de melhorias específicas, tal valorização criava um sentimento de posse, de pertencimento e empoderamento dos atores locais. Esta participação de múltiplas partes interessadas (atores e agentes) era considerada para aumentar a aceitação de políticas e soluções que melhoravam as pessoas e o coletivo da própria capacidade de inovação. (GROOT, 2002)

A partir deste momento a participação social tornou-se um meio

popular para trazer diversidade social, cultural, mudanças físicas e técnicas em projetos de intervenção ou de desenvolvimento nas diversas frentes, como por exemplo o desenvolvimento rural, segurança alimentar, desenvolvimento comunitário, local, territorial, promoção à saúde, gestão ambiental e etc., agências institucionais, governamentais, ONGs e outros passaram a incluir a participação como fator essencial do processo.

Groot (2002) afirma que a participação é a chave de ouro para abrir a porta para um mundo mais sustentável e democrático e que esta chave é colocada nas mãos dos facilitadores, pela capacidade da gestão dos processos participativos envolvendo múltiplos atores e fatores inter-relacionados.

Das décadas de 1950 e 1960, Groot (2002) apresenta o ápice dos focos participativos no desenvolvimento rural, que estava ligado com a origem no conceito de desenvolvimento comunitário em países subdesenvolvidos, pois de certa forma os países desenvolvidos apresentavam ajuda através da transferência de novas tecnologias, porém grande parte se tornou ineficaz na transformação de comunidades rurais porque ignoravam a diversidade destas comunidades e a complexidade do processo no desenvolvimento rural (GROOT, 2002, p.26).

Isto se é dado pelo fato de determinados profissionais que atuavam no desenvolvimento rural, serem formados em disciplinas técnicas e preocupados principalmente com a transferência tecnológicas e práticas. Diante disto, os pesquisadores sociais assumiram a função de sustentar que as perspectivas dos camponeses fossem representadas diante da primazia do conhecimento dos especialistas em tecnologia¹¹.

Nos anos 70 a participação popular é potencializada devido ter entrado na agenda de governos (de países desenvolvidos) financiadores para aliviar a pobreza rural em vários lugares do mundo, pois outrora já não era sustentável investir num modelo de intervenção de cima para baixo, tecnocratas e economicista diante da realidade popular e do desenvolvimento de recursos humanos¹².

A participação começa a ser questionada tendo em vista à imprevisibilidade dos atores e os entraves de negociação e interesses do grupo a ser

¹¹ UPHOFF, N., J. COHEN and A. GOLDSMITH. **Feasibility and Application of Rural Development Participation: A state of the art paper.** Ithaca, New York, Cornell University/Agency for International Development, 1979.

¹² CORNWALL, A. **Beneficiary, Consumer, Citizen: Changing perspectives on participation for poverty reduction.** Sussex, Institute of Development Studies: p.87, 2001.

beneficiado, isto revelava que as melhorias não eram apenas uma questão de assistência técnica como também de assistência social ¹³.

O pesquisador, Uphoff (1979) refere-se ao cientista social como um recém-chegado no cenário do desenvolvimento, o seu papel é o de assegurar que as perspectivas dos agricultores são levados em conta através da interação e colaboração entre cientistas físicos e cientistas sociais e problemas de tecnologias inadequadas devem ser resolvido.

Na década de 80 os projetos de intervenção que eram endossados por agências de desenvolvimento ou de Estados, a fim alcançar a eficácia de custos, cumprimento e sustentabilidade, incluem a participação comunitária no processo, através de treinamento e visitas por meio da abordagem de extensão agrícola convencional (CORNWALL, 2001, p.87).

Para Groot (2002), a função dos extensionistas era entregar novas tecnologias desenvolvidas por pesquisadores aos agricultores. Houve o esforço de treinar os extensionistas nas habilidades de comunicação com o objetivo de convencer os agricultores a adotarem as inovações.

Muito embora, com a chegada da abordagem participativa os agricultores começam a ter voz na definição da agenda de pesquisa juntamente com os extensionistas, havia um lapso de comunicação que gerava informações pouco precisas para a montagem de um projeto contextualizado (GROOT, 2002, p.28).

Diante desta problemática surge um novo modo de pensar sobre participação e a prática inspirado por Paulo Freire (1998), que agora direcionava a participação para a transformação pessoal como ponto de partida para a mudança social com a abordagem da Pesquisa Ação Participativa.

Freire (1998) trouxe um novo ângulo para o profissional de desenvolvimento, que passava a transitar como um ativista político que oportunizava as pessoas para a aprendizagem crítica capaz de compreender os problemas, resolvê-los e, como tal, para mudar sua vida.

Na década de 90 a evolução do conceito de participação evolui desde níveis locais para contextos de governança e políticas. Além disso, a participação foi considerada a maneira de operacionalizar a descentralização como o motor para a transformação democrática (CORNWALL, 2001, p. 87).

¹³ ROLING, N. and DE ZEEUW, H. **Improving the Quality of Rural Poverty Alleviation.** Wageningen, The Netherlands, International Centre of Agriculture, 1983.

Consequentemente, o profissional do desenvolvimento (o facilitador) interveio tanto do lado do Estado quanto do lado do cidadão, para diminuir a distância entre eles. No campo da redução da pobreza, houve uma mudança adicional do paradigma de desenvolvimento da modernização para um paradigma participativo focalizando os processos de diversidade, contextos específicos e aprendizado não linear (GROOT, 2002, p. 29).

Como o objetivo dos projetos financiados miravam agora a potencialização das pessoas no rural, foram se desenvolvendo novas escolas de pensamento como “O agricultor em primeiro” de Chambers (1989), que antes de pensar produção, tecnologia e etc., deve se pensar primeiro na pessoa do agricultor.

Estas escolas de pensamentos como, por exemplo, “O agricultor em primeiro”, proporcionou a busca de uma solução operacional para a questão de como realizar a participação, gerando um terreno fértil para o surgimento e evolução de inúmeras metodologias participativas, como Avaliação Rural Participativa (ARP) de Pretty (1995), Avaliação Rural Rápida de Sistemas de conhecimento agrícola (Raaks) de Engel e Salomon (1997), entre outros.

A partir deste desdobramento começa a se falar da pessoa facilitadora como um profissional (externo), que encoraja as comunidades rurais a analisar e compartilhar seus conhecimentos sobre sua própria situação, gerar, negociar e projetar opções para melhoria e refletir criticamente sobre o processo e o resultado (GROOT, 2002).

3.3 O FACILITADOR

O facilitador analogicamente é como o maestro que rege a música através da coordenação, dirigindo e liderando as atividades do grupo musical, para que assim haja coesão e coerência em sua execução harmônica, sendo assim “O facilitador não toca os instrumentos – o facilitador conduz a orquestra”. Neste caso os músicos seriam os múltiplos atores do território em especial no caso a comunidade rural ou comunidade que precisa de uma intervenção na segurança alimentar.

Estes atores tem em suas mãos um valor (seus saberes, cultura e conhecimentos), este valor é potencializado quando somado com outros atores (tanto de dentro da comunidade como os de fora da comunidade que se inter-relacionam), gerando uma rede ou conjunto com visão, objetivos e metas. O facilitador será aquele

componente do grupo que externará suas capacidades conduzindo o grupo ao alinhamento, despertando a visão, objetivos e metas a serem tomadas.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no caderno; formação Desenvolvimento Rural Sustentável (2012), apresenta o facilitador como aquele que tem a capacidade de tornar fácil, apoiando o processo pelo qual a comunidade pode descobrir e aprender a fazer as coisas que ela deve fazer, tornar fácil a comunicação, o conhecimento e a integração, a transformação dos indivíduos e grupos (atores do território), parte do deles próprios, através de seus conhecimentos, habilidades e atitudes.

Com isso, o facilitador que trabalha no território rural, tem como foco apoiar as comunidades rurais e os agricultores a reconhecerem e analisarem a situação problema buscando soluções. Este estímulo faz com que proporcione o fortalecimento do desenvolvimento local, através da mobilização e da ação.

Para que haja a aceitação do profissional em Facilitação em contexto rural, se faz necessário que este saiba valorizar e respeitar a tradição e a cultura local, ter a habilidade de lidar com as diferenças, criando ambiente propício ao diálogo, apontando os pontos comuns que possam fortalecer a confiança e as relações locais, para assim conseguir extrair o potencial para atingir o objetivo do desenvolvimento.

3.3.1 Competências

Chambers (1993) tem influência quando se fala sobre o Facilitador, pois foi um dos primeiros a identificar seus valores, conhecimentos, atitudes e comportamento. Ele também questiona as abordagens dominantes das profissões, disciplinas e burocracias relacionadas ao desenvolvimento rural, visto a necessidade de corrigir a abordagem destes profissionais tradicionais que falharam em honrar as expectativas despertadas, apressaram o processo de engajamento e foram extrativistas ao invés de um pouco mais de sensibilidade para a realidade.

A partir de tal entendimento, surgem novos paradigmas sobre modos de pensamento e procedimentos que focam na pobreza e no processo de projetos, assim como, na pesquisa e extensão, e para se tornar um novo profissional, esses comportamentos e atitudes precisam ser revertidos (CHAMBERS, 1993, p. 29).

Conforme o entendimento de Groot (2002), Chambers (1993) e Pretty (1995), o 'novo profissional', em contraste, compartilhou suposições, crenças e valores

como:

- Atribuir que as realidades estão socialmente construídas e, portanto, as metodologias participativas têm por objeto relacionar estas múltiplas perspectivas, umas às outras;
- Posicionar as pessoas em primeiro lugar (e as mulheres antes dos homens) e não as coisas;
- Considerar que o conhecimento e as ideias das pessoas locais são importantes nos processos de inovação;
- Aceitar a complexidade e a diversidade locais e
- Incentivar a avaliação pelos pares para o controle da qualidade.

As competências que este novo profissional exigia foram definidas da seguinte forma:

- Deixar explícitos os valores subjacentes, incluídos seus próprios valores.
- Possibilitar processos de aprendizagem (coletivos) abertos para uma tomada de decisões e ações mais efetivas;
- Facilitar processos de mudança individuais e coletivos, ao invés de ensinar e transferir tecnologias;
- Envolver um número amplo de instituições sociais e culturais e de movimentos em todos os níveis;
- Empoderar e transformar pessoas e instituições;
- Escutar e pesquisar;
- Aplicar métodos de visualização e
- Trabalhar em equipes multidisciplinares.

Groot (2002) e Guba (1990) corroboram que os comportamentos, atitudes e competências deste novo profissional (facilitador) se enraízam diretamente no Construtivismo e que toda a realidade é socialmente construída, existindo sob a forma de múltiplas construções mentais, socialmente e experimentalmente com base, locais e específicas e dependentes de sua forma e conteúdo sobre as pessoas que as possuem.

Não há uma única, mas múltiplas percepções da verdade. Como os teóricos críticos, os construtivistas acreditam em subjetivista epistemologia, o investigador e o investigado são considerados fundidos em uma única entidade,

metodologicamente os construtivistas prosseguem para identificar a variedade de construções existentes e moldá-las em tanto consenso possível (GROOT, 2002, p.34).

Costamagna e Larrea (2017) vincula a pesquisa-ação e a pedagogia com o construtivismo, o construtivismo crítico e o construcionismo social, para assim equalizar o perfil do facilitador, sugerindo colocar o foco nas inter-relações contínuas, ativas e vivas entre as pessoas e como estas constroem a realidade, pois considera que com esta perspectiva, os fatos serão o resultado de um processo de criação que ocorre mediante inter-relações entre pessoas.

Portanto, pode se dizer que o construtivismo torna o facilitador um co-construtor no processo, alguém de dentro do processo e não apenas alguém neutro que media o processo. Corroborando com tal entendimento, apresentar-se-á alguns panoramas de Chambers (1993) e Guba (1990), que tratam do profissional de facilitação com foco no construtivismo:

- Realidades só existem na forma de múltiplas construções mentais dependente das pessoas que a possuem. As inovações emergem da interação social processos em que os conhecimentos de cientistas e pessoas leigas são igualmente valorizados;

- O papel do profissional Facilitador é de um *insider* (um que está tão dentro que se parece com eles), cujos valores e preconceitos nunca podem ser excluídos de influenciar o resultado e

- Para lidar com as questões sociais, a participação de todas as pessoas que possuem uma diferente percepção sobre o mesmo assunto é necessária.

O desenvolvimento profissional cuja prática é baseada no construtivismo exige a capacidade de:

- Descrever construções individuais com maior precisão possível e comparar e contrastá-los com os de outras pessoas;

- Conduzir construções individuais com concordância quanto possível a ação, acordo sobre ação possível;

- Conduzir construções individuais na máxima concordância possível quanto à ação;

- Aplicar vários métodos sociais e específicos do local;

- Aplicar várias teorias e

- Aplicar a 'triangulação' princípio de coleta de informações, devido à natureza subjetiva de dados.

Em relação ao desenvolvimento de comunidades rurais em Angola, a FAO (2012) acredita que cada localidade necessita encontrar seu modo de conduzir seu projeto de vida, construindo sua identidade no mundo. Por isso, o facilitador deve ser capaz de auxiliar a troca de saberes (popular e técnico) e ajudar a construir um novo conhecimento, diferenciado, próprio daquela realidade.

Com base nestas reflexões é que surge a pergunta: Quais são as características e habilidades de um técnico, que tem como função animar, acompanhar e facilitar o processo de desenvolvimento no meio rural?

Conforme as diretrizes de formação de facilitadores pela FAO (2012), a escolha dessas estratégias deve ser orientada a partir da compreensão de que:

Quadro 5 - Formação de Facilitadores

- O conhecimento é construído a partir da realidade e experiência dos participantes, por isso, fazer uso de técnicas que promovam a integração além de facilitar a criação coletiva de conhecimento, anima e descontra os participantes;
- As atividades devem estimular o pensamento crítico e a reflexão sobre situações reais e significativas;
- O técnico facilitador ao mesmo tempo em que atua como mediador entre os conhecimentos e o grupo será também um aprendiz dos saberes do grupo;
- A escolha de uma atividade será sempre em função do perfil do grupo, de suas necessidades, dos temas a serem abordado e dos recursos disponíveis;
- É fundamental que o facilitador conheça o tema a ser trabalhado, para que possa conduzir corretamente a discussão, enriquecendo com novos elementos que surjam da participação e aportando novos conhecimentos;
- A aprendizagem por meio de vivências prevê que cada pessoa viva a experiência e forme seus conceitos, assim, o facilitador deve permitir que o grupo “brilhe”.

Fonte: FAO. *Caderno de formação – facilitador em desenvolvimento rural*. 2012, p.38

Entende-se, portanto, que a formação de facilitadores deve abarcar uma serie de competências relacionadas ao diagnóstico geral do problema e a condução dos atores no processo de trabalho.

3.3.2 Tipos de Facilitadores

Para Costamagna e Larrea (2017), há tipos de facilitação como substantivo e como adjetivo e facilitadores profissionais ou atores facilitadores, esta distinção serve para clarear o como tal facilitador age.

Deste modo, na interpretação do termo para o autor, a pessoa que é facilitadora como substantivo, seria aquela que, sem ser ator no território no qual

opera, trabalha como pessoa facilitadora, assumindo assim um papel que lhe foi atribuído de forma explícita. Isto é, toma as decisões da facilitação, mas não participa das decisões.

As pessoas identificadas por facilitadoras como substantivo foram os consultores, principalmente aqueles com experiência e metodologias para o desenvolvimento de processos participativos. A existência da IAF, na qual se reúnem pessoas facilitadoras profissionais, é um exemplo daquilo que nós denominamos de facilitação como substantivo. É por isso que, a partir de agora, designaremos estas pessoas como pessoas facilitadoras profissionais.

No que diz respeito ao Facilitador/a como adjetivo, designa um ator do território que tem um papel explícito como ator, por exemplo, o político, o pesquisador ou o gestor de agências, associações ou redes e, em função desse papel, reflete, decide ou age em sua esfera de influência, no entanto, em situações complexas que demandam processos de construção social.

Estes atores territoriais se conscientizam de que não basta apenas fazer suas próprias reflexões e tomar suas próprias decisões, são necessárias reflexões e decisões coletivas compartilhadas ou, pelo menos, realizadas a partir do reconhecimento de outros processos de reflexão e decisão. Estes processos não ocorrem de forma espontânea, por isso, estes atores assumem também o papel de criar as condições para que outros reflitam, decidam e ajam em situações de interação entre diferentes atores.

Nesse contexto definimos o ator facilitador, que cria condições para que outros possam tomar decisões e passar à ação sem renunciar ao seu próprio papel como ator do território, estes tipos de facilitadores apresentam os principais perfis vinculados aos processos de construção social no desenvolvimento territorial (COSTAMAGNA e LARREA, 2017, p.75).

3.3.3 Características dos Facilitadores

Para traçar um perfil de facilitador é necessário conhecer os tipos e suas características, para tanto, o quadro 9 a seguir representa os perfis de facilitadores do Desenvolvimento Territorial:

Quadro 6 - Perfis de facilitadores do Desenvolvimento Territorial

Tipo de Facilitador	Caracterização
Pessoa facilitadora profissional (facilitador como substantivo)	Pessoa (equipe), frequentemente consultor ou pesquisador, que é contratada para facilitar um processo e cujo papel não inclui o poder decisório
Político facilitador (facilitador como adjetivo)	Político que interpreta o que seu papel implica, além de tomar suas próprias decisões sobre as políticas, construir processos de diálogo com o restante de atores do território onde as soluções possam ser cogeadas para os problemas do território.
Pesquisador/formador facilitador (facilitador como adjetivo)	Pesquisador/formador que, além de tomar, como ator territorial, suas próprias decisões vinculadas à metodologia e conteúdo dos seus processos de pesquisa e formação, utiliza seu labor investigativo e de formação para criar as condições para que outros atores do DT reflitam, decidam e ajam.
Gestor facilitador (facilitador como adjetivo)	Gestores de organizações do território (gestores da sociedade civil, empresariais, funcionários de governos de diferentes níveis, de agências, de associações ou de centros de formação e de pesquisa), que têm o desenvolvimento do território entre os objetivos de sua organização e criam as condições para que estas e outras organizações do território possam refletir, decidir e agir.

Fonte: extraído e adaptado de Costamagna e Larrea (2017).

A compreensão das características dos tipos de facilitadores do desenvolvimento territorial irá auxiliar o profissional de DRUSA onde e como atuar diante do processo de um trabalho, com os atores envolvidos no desenvolvimento rural e na segurança alimentar, pois os princípios que norteiam esta abordagem são os pilares do curriculum DRUSA.

Ou seja, tanto o desenvolvimento territorial, como o DRUSA, tem fatores de fenômenos complexos dos grandes temas que não podem ser resolvidos na tradicional abordagem cartesiana, e, para isto, se faz necessário reconhecer a abordagem interdisciplinar, originando os conceitos sistêmicos para compreender a complexidade.

4 ANÁLISE DO PERFIL DE FACILITADORES A PARTIR DE PESQUISA COM PROFISSIONAIS

O objetivo da pesquisa é analisar os perfis de facilitadores, apontando os que se enquadram e melhor se harmonizam com o foco DRUSA. Para tanto, será apresentado a análise da pesquisa realizada com seis profissionais facilitadores.

A primeira parte será uma breve apresentação dos entrevistados juntamente com suas perspectivas sobre facilitação. Optou-se pelo anonimato parcial dos entrevistados, os identificando apenas pela sua função e caracterização de seus trabalhos afim de manter sua privacidade e permitir maior liberdade em suas respostas.

Em seguida realizar-se-á uma identificação das competências do facilitador, em ato contínuo a descrição dos problemas comuns dos facilitadores. Posteriormente realizar-se-á uma análise do facilitador em relação a interdisciplinaridade. E, por fim, apresenta-se uma comparativa dos tipos de facilitação, aproximando-se do que poderia ser um profissional facilitador em DRUSA, demonstrando os motivos, a partir da aplicação da fundamentação teórica já apresentada nos capítulos anteriores do trabalho.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E DIAGNÓSTICO A PARTIR DE CONCEITOS DE FACILITAÇÃO IDENTIFICADOS.

As respostas das entrevistas ajudam a identificar os perfis dos facilitadores com a finalidade da aproximação do profissional de DRUSA atuando como facilitador. Os entrevistados trabalham com facilitação ou exerceram o papel de facilitador em algum momento do seu trabalho, sendo assim é interessante saber como o entrevistado reconhece o Facilitador em relação ao trabalho, se reconhece como um profissional, uma atividade, cargo ou função de um profissional.

Como já abordado no capítulo anterior, o Facilitador como a pessoa profissional em facilitação (como substantivo), ou como um ator facilitador (como adjetivo). Para introduzir as respostas segue primeiramente uma breve apresentação dos entrevistados, bem como um resumo dos profissionais, descrevendo-se somente pontos e palavras-chaves para análise e demonstração da qualificação ou desqualificação dos mesmos no que diz respeito ao perfil de facilitador almejado.

Entrevistado 1 – Engenheiro Agrônomo, com Pós em Marketing no

Agronegócio, fundou a empresa Syntese com o objetivo de Marketing e consultoria agrícola, expandindo para treinamento e para educação corporativa.

A consultoria e treinamento para as corporações é baseada na facilitação como método e para o entrevistado “a facilitação é considerada uma atividade profissional não formal que está no eixo da profissão do educador, mentor, tutor, professor” (Entrevistado 1, fundador da empresa Syntese, 2018).

Esta posição de considerar o facilitador como profissional se enquadra como Pessoa Facilitadora Profissional, (facilitador como substantivo), frequentemente consultor ou pesquisador, que é contratada para facilitar um processo e cujo papel não inclui o poder decisório.

Segundo o psicólogo Rogers, o professor pode ser um facilitador da aprendizagem, oferecendo recursos para o aluno adquirir o conhecimento por meio das vivências. Esta abordagem é conhecida como Abordagem Centrada na Pessoa e o pilar central do trabalho da Syntese nos programas de treinamentos e desenvolvimentos de pessoas nas organizações (Moreno, 2018, p. 2)

Este tipo de facilitação vem da perspectiva da IAF, FormPRO, Associação Latino-Americana de Facilitadores, apresentando a pessoa facilitadora como neutra diante do grupo e compreende a facilitação mais próxima como um método, corroborando com a ideia do capítulo 3.2., facilitação como método e a neutralidade do facilitador.

Entrevistado 2 - Engenheiro Agrônomo, aposentado da Empresa de assistência técnica e extensão rural no Paraná (EMATER).

O que fez identificá-lo como um facilitador foi diante de uma das funções a qual exercia no trabalho, a de Extensão Rural, que teoricamente abrange um serviço mais amplo que vai além do produtivismo, trabalhando o desenvolvimento rural na comunidade e com os agricultores familiares em um serviço mais humanizado, que contempla políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) .

Baseado na lei 17447 de 27 de Dezembro de 2012, condizente com a Súmula que Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR), destaca-se alguns princípios e objetivos os quais o extensionista se assemelha como a trajetória histórica do facilitador do desenvolvimento rural, conforme relatado no capítulo sobre a Origem da Facilitação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Segue abaixo os princípios e objetivos que norteiam um

extensionista:

Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se por:

I - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): serviço de educação não formal, de caráter continuado, que promove processos rurais de gestão, organização...

Art. 3º São princípios do PEATER-PR:

I - o desenvolvimento rural sustentável;

II - a redução das desigualdades territoriais, regionais, municipais e locais;

III - a segurança e soberania alimentar e nutricional;

IV - a equidade nas relações de gênero, geração e etnia;

V - a atuação em consonância com as políticas e diretrizes nacionais, estaduais e municipais de desenvolvimento rural sustentável;

VI - a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural, priorizando a diversidade das atividades na UPF;

VII - **as metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando promover o exercício da cidadania e a democratização da gestão das políticas públicas;**

VIII - os fundamentos da agricultura com base ecológica para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.

Art. 4º São objetivos da PEATER-PR:

II - contribuir para o desenvolvimento rural sustentável;

III - promover a integração entre as entidades de ATER para otimizar a realização dos serviços e a criação, a ampliação e o fortalecimento de redes de ATER;

IV - ampliar o número de beneficiários com vistas à universalização dos serviços de ATER;

V - assistir e apoiar iniciativas econômicas, sociais e ambientais que promovam as vocações territoriais, regionais e locais;

VI - ampliar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários;

VII - aumentar a renda dos beneficiários pela agregação de valor aos produtos e pela integração nos mercados local, estadual, nacional e internacional;

VIII - melhorar a qualidade de vida de seus beneficiários;

IX - assessorar os beneficiários na gestão de negócios, na sua organização, na produção, na integração nos mercados e no abastecimento, conforme as peculiaridades das atividades, cadeias e dos sistemas de produção;

XI - contribuir com a implementação de sistemas de produção sustentáveis;

XII - assessorar o associativismo, o cooperativismo e outras formas de organização e representação;

XIII - formar profissionais e agentes de ATER;

XIV - promover a valorização dos profissionais e agentes de ATER;

XV - assessorar as representações dos agricultores familiares e a promoção de parcerias;

XVI - promover o desenvolvimento e a implementação de inovações tecnológicas e organizativas;

XVII - promover a integração da ATER às redes de ensino e pesquisa, proporcionando o acompanhamento, a análise, a proposição de demandas de pesquisas e ensino e o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

XVIII - contribuir com a expansão do aprendizado e da qualificação profissional à realidade do meio rural paranaense;

XIX - difundir políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento rural sustentável;

XX - viabilizar o acesso dos beneficiários da PEATER-PR às políticas públicas;

XXI - valorizar a cultura, os saberes, a produção e do modo de vida do meio rural paranaense;

XXII - contribuir com a articulação das ações de ATER entre os Governos Federal, Estadual e Municipal e outras entidades e organizações;
 XXIII - incentivar a estruturação de serviços municipais de ATER e a constituição de fundos municipais de ATER;
 XXIV - elaborar estudos e contribuir na construção do conhecimento das realidades e oportunidades municipais, regionais, territoriais e estadual;
 XXV - apoiar a realização do zoneamento da produção de alimentos no Paraná (EMATER, 2012, grifo nosso).

Os princípios e objetivos da PEATER-PR no Art. 3º, revelam a necessidade de um profissional, articulador, mediador, político e facilitador, que consiga trabalhar em redes institucionais e sociais, que preze pelo indivíduo e seus contextos, desenvolvendo o meio rural e a segurança alimentar, fomentando políticas públicas na democratização da gestão destas, utilizando de metodologias participativas com enfoque multi e interdisciplinar (inciso VII do Art. 3º).

Principalmente pelos motivos das ferramentas e metodologias participativas introduzidas para o extensionista é o que o faz aproximar do facilitador, porém na visão do entrevistado 2 em relação a categoria do Facilitador, ele diz que:

É uma função exercida por profissionais de várias áreas, das ciências agrárias e ciências humanas, quando se pensa em desenvolvimento deve pensar por completo, abrangendo saúde, educação, produção etc.
 A EMATER chegou a treinar os profissionais das ciências agrárias com viés mais tecnicista, para saber comunicar com os agricultores, chegou a trabalhar com extensionistas nas áreas sociais contratando assistente social, sociólogo, enfermeiros, em uma época que o Paraná tinha um déficit muito grande nas áreas da saúde, dentre outras demandas além dos interesses produtivos (Entrevistado 2, extensionista aposentado da EMATER).

Para o entrevistado a facilitação está associada à comunicação, sendo uma função do extensionista, ou modo de atuar de diversos profissionais, e com os esforços da empresa em treinar seus profissionais da ciência agrária para tal sensibilidade facilitadora.

Bordenave (1983) explica o redirecionamento filosófico da visão extensionista nos anos 70 nas agências de desenvolvimento, que observavam que a difusão de tecnologia e conhecimento não eram o melhor caminho para as comunidades rurais, por isso, trazem uma nova luz para a extensão rural através das estratégias e procedimentos da Comunicação Rural por meio das instituições como a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

A finalidade última do processo de Extensão era de natureza educativa, promovendo e apoiando transformações que oportuniza-se o homem do campo a atravessar sua condição precária, almejando o desenvolvimento pessoal, social e de produtor rural. Desta maneira o extensionista deveria superar uma visão

tecnicista, produtivista, passando a capacitar as famílias rurais para a percepção, o equacionamento e a solução de seus problemas nas perspectivas técnica, econômica e social.

A Emater passa absorver o conceito de diálogo participativo, reconhecendo que o extensionista não muda uma realidade sem a co-participação das famílias e dos produtores rurais (BORDENAVE, 1983, p.29).

A comunicação rural e o diálogo participativo é um contra ponto da lógica linear do significado da extensão rural, como ato de estender a tecnologia e conhecimento de maneira hierárquica aos camponeses, esta crítica a extensão rural passa nos debates de Paulo Freire na sua obra *Extensão ou Comunicação*, que apresenta:

A comunicação eficiente exige que os sujeitos interlocutores incidam sua "admiração" sobre o mesmo objeto; que o expressem através de signos linguísticos pertencentes ao universo comum a ambos, para que assim compreendam de maneira semelhante o objeto da comunicação. Nesta comunicação, que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação pensamento-linguagem-contexto ou realidade (FREIRE, 1983, p.48-93).

Sendo assim, o direcionamento a uma nova extensão baseada na comunicação e diálogo participativo exigiria "novos tipos de extensionistas" com uma visão apurada e respeitosa à cosmovisão do produtor, para que, de fato, haja desenvolvimento eficaz e não apenas voltado a produtividade do campo.

Mas seria possível entender a cosmovisão do produtor, sendo que a maioria dos extensionistas vem de uma escola tradicional da agronomia? Pois bem, ainda que reconheçamos que nem todos os agrônomos chamados extensionistas façam invasão cultural não nos é possível ignorar a conotação ostensiva da invasão cultural que há no termo extensão (FREIRE, 1983, p.28).

Entrevistado 3 – Americano, com dupla cidadania (brasileira), formado em Relações Internacionais nos Estados Unidos, trabalhou no Sudão, continente Africano em uma ONG que prestava assistência médica e primeiros socorros, nutrição, provisão de água e mediação de paz entre as comunidades de conflitos violentos. Atualmente é consultor de ONGs Internacionais em contexto de desenvolvimento.

Sua posição em relação à profissão ou função de facilitação:

A facilitação pode ser os dois, uma função de um profissional ou mesmo uma profissão designada por uma agência. Pela minha experiência de trabalhar em projetos em países em desenvolvimento vi muitas Ongs que precisam

deste perfil de profissional, desde agências da ONU, como programas de alimentos internacionais.

Várias ONGs trabalham com projetos com os temas de desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, e esta formação do seu curso tem espaço nas agências desenvolvimentistas com viés da facilitação.

A única coisa que não sei, é se tanto o profissional em facilitação como o profissional em DRUSA tem o título formal nos países aos quais trabalham (Entrevistado 3, consultor de ONGs Internacionais).

No capítulo 3.3.2 Origem da facilitação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, ao tratar-se sobre a trajetória histórica da facilitação, pode-se vislumbrar que as abordagens participativas tiveram um papel fundamental nos países em desenvolvimento através de agências e ONGs internacionais.

Entrevistado 4 – Argentino, atualmente colabora como pesquisador sênior associado no Instituto Vasco de Competitividade - Orkestra, é professor da Universidade Nacional de Rafaela (UNRaf) e Diretor do Mestrado em Desenvolvimento Territorial e do Instituto Práxis na Universidade Tecnológica Nacional, Faculdade Regional Rafaela, Argentina.

Em seus trabalhos de desenvolvimento tem escrito e atuado no campo do desenvolvimento territorial (DT), por meio de construções de capacidades com ênfase nos atores facilitadores numa aproximação desde a construção social. A respeito do facilitador o entrevistado o aponta como:

O facilitador como substantivo é um profissional não formal, porém o facilitador de processos políticos é adjetivo, ou seja, facilitador como a soma de algum profissional ou como ator, o facilitador não substitui a capacidade técnica e sim complementar, se soma para resolver problemas complexos (Entrevistado 4, professor da Universidade Nacional de Rafaela).

Considerando o debate do capítulo 2 e o quadro tipológico do facilitador de Costamagna e Larrea (2017), vemos a evidência do discurso, com isso, considerando o Facilitador associado ao profissional DRUSA, a sugestão seria “O profissional DRUSA com suas competências cumprindo o papel de Facilitador em sua área”.

Entrevistado 5 – Angolano, se apresenta como um Catalisador Executivo de Inovação e Empreendedorismo, tem experiência em desenvolvimento local e econômica, trabalhou com ONGs, Agências de desenvolvimento principalmente na zona rural. É consultor para o Instituto Superior de Agronomia de Lisboa o ISA, e Facilitador Nacional de Inovação – Angola, seu trabalho envolve a promoção do desenvolvimento e inovação de sistemas agrícola e fomento a projeto de desenvolvimento de competências funcionais entre as ONGs, nos diferentes

atores e produtores agrícolas.

Quanto ao facilitador o entrevistado defende a seguinte ideia:

O facilitador deveria ser um profissional, entretanto quem rege o mercado profissionalizante não entende que o facilitador deveria ser um profissional, então as habilidades e competências do facilitador vai se ganhando paralelamente com outras áreas do saberes profissionais.

No futuro haverá profissionais que levam o título formal de facilitador. Mas, de momento, não se vê a abertura do mercado, pode se dizer que é uma área futurística. Existe certa dificuldade da contratação de um profissional de facilitação sobre as diversas áreas, na hora da contratação vão querer pessoas com formação nas área tradicionais, mas com prioridade para aqueles que têm conhecimento nesta área de facilitação (Entrevistado 5, Facilitador Nacional de Inovação – Angola, 2018).

A perspectiva deste entrevistado corrobora com a do entrevistado 4, sendo o Facilitador como complemento de um profissional.

Entrevistado 6 - Tem formação em Administração, mestrado e doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, atua na área de projetos no Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), nos programas do Oeste em Desenvolvimento e coordena o programa ConectaDel.

Na opinião do entrevistado sobre o facilitador relata que:

Se tiver uma demanda da atividade de um facilitador vira uma profissão, e este perfil tem competências que corresponde de maneira adequada para determinados fins do mercado, por outro lado, um profissional de uma área específica, pode buscar estas competências se esforçando em atuar, mesmo não sendo facilitador profissional, e assim desempenhando a atividade facilitação como soma ou complemento (Entrevistado 6, coordenador do programa ConectaDel, 2018).

A resposta deste corrobora com as posições dos outros entrevistados que relatam que o facilitador pode ser um profissional, como também é um papel de um profissional.

4.2 ANALISE DO PERFIL DE FACILITAÇÃO DOS ENTREVISTADOS A FIM DE IDENTIFICAR AS COMPETÊNCIAS DO FACILITADOR

No capítulo 2 foram abordadas as competências do Facilitador, e por meio das entrevistas pode-se relatar similitudes e diferenças.

Como já observado, o entrevistado 1 tem uma linha mais voltada para uma facilitação como modo de atuar, como método, sendo passivo no resultado mais condutor do processo. A principal competência do facilitador é “Criar condição de ajuda através de métodos e ferramentas, para que o grupo de fato consiga ser o que ele é ou que precisa ser. O facilitador é parte do grupo não é um ser ausente, mas ele não exerce poder no grupo” (Entrevistado 1, fundador da empresa Syntese, 2018).

A participação da sociedade civil tem sido fundamental para a credibilidade nas formulações de políticas públicas, e as políticas de ATER são fundamentais para o desenvolvimento, por isso, na concepção de capacidades de facilitação, “o extensionista deve saber manejar bem tais políticas de desenvolvimento rural, para auxiliar o produtor gerando mais equidade e favorecendo as camadas desfavorecidas” (Entrevistado 2, extensionista aposentado da Emater, 2018).

As respostas do entrevistado 1 e 2 não ajudam muito compreender as capacidades de um facilitador para o profissional em DRUSA, pois por um lado é apresentado uma capacidade usando a facilitação como método e como uma pessoa neutra, que ajuda os atores se encontrar, porém que não tem posição sobre o projeto, por outro lado a ideia é que haja uma dependência de um fator externo (políticas públicas), para poder dar sustentabilidade na relação do facilitador e a comunidade, nestes casos não se enquadram com as competências de um facilitador em DRUSA.

Outra perspectiva sobre a competência surge a partir do conhecer o mundo do outro, antes de propor alguma coisa, conhecer o mundo do outro para saber comunicar e se fazer compreendido, segundo Freire (1983) “só se comunica o inteligível na medida em que este é comunicável”. Os entrevistados abaixo apresentam o mesmo entendimento, senão vejamos.

“ Se faz necessário a boa comunicação na linguagem da comunidade, simplicidade no ser e no agir para se fazer compreendido e aceito na comunidade (Entrevistado 5, facilitador nacional de inovação – Angola, 2018).

“É necessário ter a percepção, leitura da análise do discurso e relacionamento interpessoal estas capacidades geram confiança nos atores” (Entrevistado 6, coordenador do programa ConectaDel, 2018).

“Em uma cultura diferente, com linguagens e símbolos, religião e espiritualidade distinta, se faz necessário um mediador da própria cultura para que haja no facilitador a percepção nos problemas chaves e pontos de vistas” (Entrevistado 3, consultor de ONGs internacionais, 2018).

“O diálogo é uma capacidade fundamental, ser um construtor de bons dialogo, entre os diversos atores, como os camponeses, políticos, rede de camponês. A ideia de conflito no diálogo gera uma bagagem enorme para o facilitador” (Entrevistado 4, professor da Universidade Nacional de Rafaela, 2018).

“A gestão do conflito é um fator fundamental do facilitador, mas também é necessário competência técnica para conduzir os processos afim de ser

aceito no coletivo” (Entrevistado 6, coordenador do Conectadel, 2018).

Esta é a razão pela qual, enquanto a significação não for compreensível para um dos sujeitos, não é possível a compreensão do significado no qual um deles já chegou, e, que, não obstante, não foi aprendida pelo outro na expressão do primeiro (FREIRE, 1983, p.46). Neste sentido, a capacidade do facilitador é desvendar a cosmovisão do outro, a fim de compreender e se fazer compreendido no processo de facilitação.

Outro elemento da capacidade de um facilitador é a práxis, o que estamos fazendo, o que deveríamos fazer, como converso com a teoria, como compreendo o outro, para poder aproximar este profissional tem que tentar captar as trocas (informações) e inverter dentro do processo, a ideia de diálogo na complexidade é na práxis (Entrevistado 4, professor da Universidade Nacional de Rafaela, 2018).

Neste mesmo raciocínio:

No ponto de vista prático, identificar lacunas, no meio de tantos processos, na tentativa de transferir conhecimento para intervir. Acredito que um bom facilitador tem que identificar lacunas, constrangimentos, ele tem que ter a capacidade de mesmo identificando as lacunas, não expor abertamente dizendo A, B, C, mas, trabalhando indiretamente fazendo com que o grupo que ele trabalha descubra e consiga entender estas lacunas. (Entrevistado 5, facilitador nacional de inovação – Angola, 2018).

O destaque para a competência de ter uma concepção humanista na relação expressada na democracia, sabendo trabalhar com a metodologias participativas (Entrevistado 4, professor da Universidade Nacional de Rafaela, 2018), este elemento corrobora capítulo 2, o qual trabalha a origem da facilitação na base da abordagem participativa.

O enfoque participativo vai além do uso de metodologias e instrumentos que facilitam o trabalho participativo, ele envolve a valorização das pessoas, as mudanças de atitudes, o fortalecimento de responsabilidades, a busca de sinergias. Ele pode ser considerado como uma filosofia de trabalho que busca integrar diferentes níveis de poder e o compartilhando responsabilidades (FAO, 2012)

4.2.1 Principais problemas enfrentados dos facilitadores entrevistados em relação a facilitação

Os problemas identificados pelos entrevistados, de forma resumida, podem ser vistos como:

- 1 - O risco da manipulação;
- 2 - Trabalhar em rede com diversos atores com distintos interesses;

3 - Identificar um alinhamento metodológico personalizado e contextualizado para cada grupo;

4 - Pré-conceito e falta de paciência dos participantes em encontrar o problema e suas causas e

5 - Interpretar a cosmovisão do participante para entender os problemas específicos e complexos.

Outrora já observado, podemos entender o facilitador como adjetivo de tal profissional, no caso o profissional em DRUSA como um ator facilitador. Diante do grupo o ator facilitador não é o líder com relação às decisões dos participantes, “por mais que os atores esperem que o facilitador esteja lá para resolver os problemas com execuções e não que seja desta maneira a realidade” (Entrevistado 6, Coordenador do ConectaDel, 2018), podemos interpretar sua autoridade como prestígio e crédito que se reconhece a uma pessoa ou instituição por sua legitimidade ou por sua transparência, qualidade e competência em alguma matéria.

Se assim fazemos, podemos dizer que, de um lado, o reconhecimento pelos atores participantes, oferece legitimidade do ator facilitador para influenciar no meio rural ou nas instâncias que tangem a segurança alimentar e, de outro, o reconhecimento da sua qualidade e competência na facilitação, abrem a porta para apresentar sua liderança (COSTAMAGNA e LARREA, 2017).

Neste âmbito duplo de ter influência por sua capacidade profissional e pela capacidade da facilitação, não o dá o direito de manipular os atores com a finalidade de decidirem segundo o pensamento egoísta do facilitador, segundo o entrevistado:

A manipulação é um risco, mesmo as mais bem intencionadas, que torna o facilitador centralizador do processo, existe a expectativa dos participantes de que o facilitador é uma figura de poder, esperando que está figura trará uma resposta ou solução... não que o facilitador não possa trazer a resposta, mas se espera que emergja a partir do grupo (Entrevistado 1, Fundador da empresa Syntese, 2018).

Outro problema enfrentado são os diversos interesses dos vários atores envolvidos no território, neste caso o profissional em DRUSA como facilitador, teria que gerir o conflito entre os atores e agentes (agricultores, famílias do agricultores, cooperativas, empresas privadas, setor público, políticos e outros).

Os atores tem tempos e mentalidades diferentes, e as vezes é difícil conciliar os tempos para que haja um processo integrador... os universitários precisaram de um tempo maior de pesquisa para avaliar um projeto, empresários querem soluções rápidas para o hoje, o desafio do facilitador é diante da complexidade e da diversidade de atores com visões e tempos

diferentes, é fazer estes trabalharem em conjunto nutrindo o ambiente num processo motivador (Entrevistado 6, Coordenador do programa ConectaDel, 2018).

Corroborando com esta linha de pensamento:

As vezes fica difícil facilitar um processo de desenvolvimento quando existe a transição ou mudanças dos participantes envolvidos, existe projetos em que parte do financiamento vem do município e qualquer mudança de visão faz que se trave os processos de desenvolvimento (Entrevistado 2, extensionista aposentado da Emater, 2018).

Outro fator é que, por mais que exista o facilitador e que a demanda venha de baixo para cima, através de uma abordagem participativa e construtivista, parte dos atores ou agência, são aquelas que entram com os recursos, e por vários motivos pode haver um interesse e jogo de poder que o projeto se direcione para o lado de quem financia.

É muito difícil realizar a facilitação em trabalhos humanitários e de desenvolvimento, num contexto de financiamento tradicional, onde você recebe dinheiro de algum governo ou instituição para executar o projeto, e que a participação da comunidade está em segundo plano, ou somente é consultivo... Geralmente as agências já recebem o financiamento para certos propósitos, e a energia e os esforços estão ligados na execução de projetos... esta iniciativa pode até ser aceita mas não significa que será eficaz, pois o interesse dos atores são outros e isto gera uma tensão das três partes: do quem financia, de quem media os processos e do receptor. (Entrevistado 3, consultor de ONGs internacionais, 2018).

Segundo Morin (2011), o modo complexo de pensar não tem utilidade somente nos problemas organizacionais, sociais e políticos, pois um pensamento que enfrenta a incerteza pode esclarecer as estratégias no nosso mundo incerto.

Os outros três problemas levantados partem da compreensão da complexidade, para poder interpretar os problemas complexos e específicos, e, assim identificar um alinhamento metodológico personalizado e contextualizado para os participantes, quebrando os níveis de preconceitos para chegar mais rápido aos problemas e soluções criando uma dinâmica, atraente e com credibilidade para os participantes.

O pensamento complexo é, portanto, essencialmente aquele que trata com a incerteza e consegue conceber a organização. Apto a unir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo a reconhecer o singular, o individual e o concreto (MORIN, 2003, p.13).

4.2.1.1 A interdisciplinaridade na facilitação

A facilitação é interdisciplinar porque requer compreender a complexidade, entender a complexidade é reconhecer os vários elementos que interagem em si e entre a rede num determinado território, para Morin, o pensamento complexo não se reduz nem à ciência, nem à filosofia, mas permite a comunicação entre elas, servindo-lhes de ponte (MORIN, 2003, p.13).

Segundo os entrevistados, coordenador do ConectaDel, e o Fundador da Syntese, faz-se necessário ter o conhecimento de sua formação, mas também transitar em outras áreas como a psicologia e sociologia para conhecer o modo de pensar dos outros atores.

Para o entrevistado 5:

Ser facilitador não é conhecer todas as disciplinas que tangem o problema – solução de desenvolvimento, mas sim reconhecer as várias perspectivas das disciplinas diante a realidade, conhecer os vários pensamentos que direcionam a maneira de ser e agir dos atores, e trabalhar em rede com os atores e agências de forma multidisciplinar e um articulador interdisciplinar para os processos de facilitação (Entrevistado 5 - facilitador nacional de inovação – Angola, 2018)

Segundo Japiassu (1976), os estudos e pesquisas interdisciplinares podem ajudar os cientistas a solucionarem as questões problemáticas, que estão além dos campos especializados e fragmentados da ciência, ao proporcionar a comunicação e diálogo estudiosos de diferentes áreas.

Para o Entrevistado 2:

Buscar conhecimentos fora da sua formação, para entender os outros atores e contextos para realizar o desenvolvimento rural, exige um esforço pessoal e uma cobrança das instituições para tais profissionais extensionistas, e quando não existe este esforço ou a intenção fica cômodo para o profissional direcionar seus esforços em seu conhecimento específico. (Entrevistado 2, extensionista aposentado da Emater, 2018).

Neste caso Morin (2011) explica que a cultura disciplinar impossibilita esse acontecimento, uma vez que desune e compartimenta os saberes, fazendo com que cada um desenvolva as suas atividades isoladamente.

4.2.1.2 Tipologia do facilitador e atuação

Como já foram apresentados os tipos de facilitação como substantivo e como adjetivo e os perfis de facilitadores e sua característica, neste momento, passasse a

apresentar os perfis dos facilitadores com suas abordagens, linhas de pensamento, princípios, teoria e métodos.

Quadro 7 – Perfis dos facilitadores entrevistados

Facilitador entrevistado	Perfil do facilitador	Abordagens, princípios, teorias, métodos, linhas de pensamento
Fundador da empresa Syntese	Pessoa facilitadora profissional (facilitador como substantivo)	Linha da psicologia - Abordagem Centrada na Pessoa de Carl Rogers, linha da pedagogia de Paulo Freire – educação.
Facilitador Nacional de Inovação – Angola	Político facilitador (facilitador como adjetivo)	Conhecimento endógeno, construtivismo, abordagem Participativa e métodos participativos específicos do Rural – Robert Chambers.
Professor da Universidade Nacional de Rafaela e Coordenador do ConectaDel	Pesquisador/formador facilitador (facilitador como adjetivo)	Pesquisa-ação, construtivismo, metodologias participativas, bases conceituais de construção de capacidades e comunicação de Paulo Freire, complexidade de Morin, enfoque pedagógico de DT.
Extensionista aposentado da EMATER e Consultor de ONG Internacional	Gestor facilitador (facilitador como adjetivo)	Metodologia pesquisa e ação, Alfio Brandenburg, metodologias participativas.

Fonte: Resultado da pesquisa (2018).

Reconhecer as linhas de pensamentos, princípios, abordagens, teoria e métodos dos entrevistados nos ajudam a reconhecer o tipo de Facilitador e de facilitação, a importância deste reconhecimento nos leva a identificar as diferenças e semelhanças que futuramente pode servir como base de um facilitador em DRUSA.

Acredito que um profissional em DRUSA pode ocupar como facilitador todos estes tipos do quadro acima, o que muda é quem ou o que ele estará representando no mercado laboral, isto representará qual atitude de facilitação tomará.

Caso este profissional venha trabalhar em uma empresa privada e os seus clientes solicitarem um serviço para um objetivo pré-determinado, que precisa de uma mediação de grupo e uma melhor compreensão da realidade (partindo do

contexto global, regional, local e pessoal, do mundo rural e da segurança alimentar), onde a consultoria e a pesquisa servirão como um “andaime no projeto, o facilitador estará em torno como estrutura, mas em um determinado momento ele sai de cena para as coisas ficar sem ele” (Entrevistado 1, fundador da empresa Syntese, 2018).

Ou seja, o facilitador é a estrutura de apoio no processo de um projeto que tem suas capacidades como facilitador como, por exemplo, catalisar os problemas e soluções dos participantes, porém o facilitador não atua nas decisões do projeto.

Por outro lado o profissional de DRUSA pode atuar como um político facilitador (facilitador como adjetivo), de algum órgão público, governo ou movimento social. Quem ele representa demonstrará sua esfera de influência no processo de facilitação, pois além de tomar suas próprias decisões sobre as políticas e construir processos de diálogo com o restante de atores do território, onde as soluções possam ser cogradas para os problemas do território, nas temáticas DRUSA.

O tipo Pesquisador/formador facilitador (facilitador como adjetivo) seria o profissional de DRUSA atuando em uma instituição, organização de desenvolvimento com foco nos temas DRUSA, estes precisam “ter as capacidades específicas de uma formação somando com as capacidades do Facilitador” (Entrevistado 6, coordenador do programa ConectaDel, 2018).

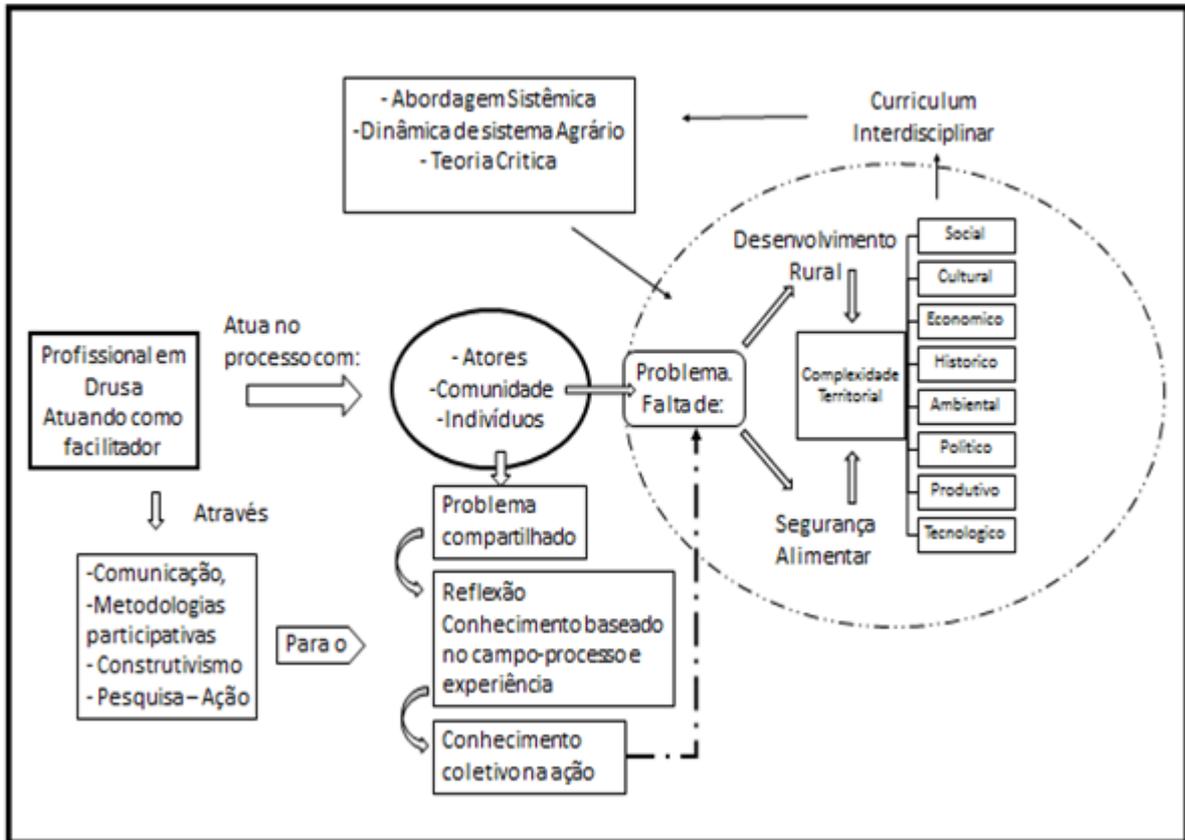
Este tipo de facilitador tem suas próprias decisões vinculadas a metodologia e conteúdo de pesquisa e formação, não é neutro em relação às decisões do grupo, pois utiliza seu trabalho investigativo e de formação pra criar as condições para que os outros atores (agricultor, comunidade rural, políticos, cooperativas, empresas privadas e etc.) do território, reflitam, decidam e ajam.

O tipo gestor facilitador (facilitador como adjetivo) seria o profissional de DRUSA, como gestores de organizações do território (gestores da sociedade civil, ONGs, empresariais, funcionários de governos de diferentes níveis, de agências, de associações ou de centros de formação e de pesquisa) que têm o desenvolvimento do território com foco em DRUSA entre os objetivos de sua organização e criam as condições para que estas e outras organizações do território possam refletir, decidir e agir.

Como podemos ver, existe um leque de oportunidades para tipos de profissionais com perfil de facilitador e também uma gama de linhas de pensamentos, princípios, abordagens, teoria e métodos que podem somar e complementar o profissional em DRUSA.

Segue abaixo o esquema que irá demonstrar a atuação deste perfil de profissional.

Figura 3- Atuação do profissional em DRUSA como Facilitador



Fonte: Resultado da pesquisa (2018).

A figura é um esquema de como o profissional em DRUSA expressaria suas competências, atuando como um facilitador entre os atores, comunidades, e indivíduos que sofrem com problemas relacionados ao Desenvolvimento Rural ou/e Segurança Alimentar.

Devido ao conhecimento complexo dos temas relacionado ao território, pode se ter uma visão interdisciplinar das áreas: sociais, econômicas, cultural, histórica, ambiental, política, produtiva e tecnológica, que convirjam em um diagnóstico de cunho crítico e sistêmico, para que assim o profissional em DRUSA, atuando como facilitador possa dialogar com credibilidade entre os diversos atores gerando processos através de metodologias participativas, construtivistas e pesquisa-ação, para juntos compartilharem o real problema, refletindo conhecimentos para decidirem sobre a ação a tomar diante do problema.

Isso posto, pode-se considerar que um o profissional em DRUSA seria o aperfeiçoamento de um novo profissional que transita entre a extensionista e entre o facilitador. Entre o Extensionista não no quesito produtivo e sim no quesito do desenvolvimentista, entre o facilitador no quesito de comunicador e condução de processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise do curriculum do curso DRUSA a fim de colocar em debate o perfil do profissional em DRUSA, trazendo como parâmetros a função, o papel, o campo de atividade e o modo de ser e agir do facilitador como uma possibilidade de beneficiar as competências de tal profissional.

A pesquisa de campo contribui para compreender, mais as características e perfis do facilitador, assim como seus princípios, métodos e abordagens que se aproximam da realidade do curso, pois vislumbrou-se que mesmo que não haja uma formalização do mercado laboral para o profissional em DRUSA, existe uma demanda real deste perfil de profissional, principalmente em países em desenvolvimento.

O papel do facilitador é apresentado como um profissional que trabalha no campo da complexidade, com direcionamento social para os problemas voltados a pobreza e falta de desenvolvimento. O facilitador também veio como uma resposta profissional diante de projetos de desenvolvimento rural, os quais especialistas voltados a produtividade não obtiverem eficácia nos resultados.

Os temas de DRUSA são tratados entre instituições e agências de desenvolvimento, nas quais, historicamente, a função de facilitador é compreendida através da abordagem participativa. As competências do profissional descrita no curriculum DRUSA, tem como finalidade prezar o processo e não diretamente o resultado, assim como, a facilitação é uma profissão e/ou função que preza diretamente o processo.

A pesquisa revela que se as competências do profissional em DRUSA como as do Facilitador apontam para o processo, sendo que este é complexo devido a interação de múltiplo fatores do território que precisam ser diagnosticados e compreendidos, para a tomada de decisão participativa e endógena.

Para tanto, se faz necessária a base teórica interdisciplinar, que corresponde com a compreensão da complexidade dos eixos desenvolvimento rural e segurança alimentar. Diante disso, a abordagem sistêmica passa ser um suporte que ajuda a trabalhar metodologicamente a interdisciplinaridade na lógica complexa do problema e que precisa ser melhor explorada pedagogicamente.

Pode se observar através da tipologia do facilitador entrevistado e sua atuação, uma perspectiva do campo de atuação como consultor, gestor, político e pesquisador/formador, depende a quem este profissional estará representando para assim liderar processos participativos no desenvolvimento rural e na segurança alimentar.

Portanto, considera-se que o egresso do curso de DRUSA, pode utilizar-se da facilitação, a fim desenvolver o máximo de suas as competências adquiridas ao longo da formação, tendo em vista que atuando no mercado laboral como facilitador, poderá apresentar respostas a demandas dos eixos de desenvolvimento rural e segurança alimentar, que, mesmo que não haja a formalização da função, tem pedido profissionais dinâmicos, que conforme foi disposto ao longo da pesquisa, enquadram-se com o perfil dos acadêmicos de DRUSA.

REFERÊNCIAS

- ARCE, R. Evolución conceptual de la facilitación de cara a los retos de la complejidad. **Revista de Investigación en Psicología**, 19(2),p. 195-204. 2016
ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE FACILITADORES. Disponível em: <<http://alfa-facilitadores.org/>>. Acesso em: 10 nov. 2018
- BERTALANFFY, L. V. **Teoría general de los sistemas**. Méjico: Fondo de Cultura Económica, p. 38,1976.
- BOMFIM, R. A. Competência profissional: uma revisão bibliográfica. *Revista Organização Sistêmica*, v.1, n.1, jan/ jun. 2012.
- BORDENAVE. J.; DÍAZ, E .O que é comunicação rural. Brasiliense S.A: São Paulo , 1 ed, p. 28-29, 1983
- BORGES, P. L. **A construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. In: LUCKMANN, T; FERNANDES, F.S (trad) Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- BRASIL, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Brasília-DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- CAMPBELL, A. Landcare - **Communities Shaping the Land and the Future**. Sydney, 1994.
- CASTILLO, M.; YAMELICSE, G. Liderazgo para la facilitación de procesos comunitarios. Caracas:Fundación Escuela de Gerencia Social (FEGS), 2005. Conceito De Teoria Crítica. Disponível em: < <https://conceito.de/teoria-critica.>> Acesso em: 27 nov. 2018.
- CHAMBERS, R. **Challenging the Professions: Frontiers for rural development**. London, 1993.
- CHAMBERS, R., PACEY, A.; THRUPP,T. Farmer First: Farmer innovation and agricultural research. London, Intermediate Technology Publications. Eds. , p. 29, 1989.
- CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CORNWALL, A. Beneficiary, **Consumer, Citizen: Changing perspectives on participation for poverty reduction**. Sussex, Institute of Development Studies: 87,

2001.

COSTAMAGNA P. ;LARREA M. **Atores facilitadores do desenvolvimento territorial: Uma aproximação a partir da construção social.** Instituto Vasco de Competitividade - Fundação Deusto. p. 74-124, 2017.

EMATER. Lei 17447 - 27 de Dezembro de 2012. **Diário Oficial nº. 8866 de 27 de Dezembro de 2012.** Disponível em:

<<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=89>>.

Acesso em: 27 nov. 2018.

Encyclopedia of Action Research. Los Angeles: Sage, p. 333-335, 2014.

Entrevistado 1, fundador da empresa Syntese, dia 7 de novembro de 2018. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

Entrevistado 2, extensionista aposentado da EMATER, dia 9 de novembro de 2018. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

Entrevistado 3, consultor de ONGs Internacionais, dia 2 de novembro de 2018. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

Entrevistado 4, professor da Universidade Nacional de Rafaela (UNRaf), dia 6 de novembro de 2018. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

Entrevistado 5, facilitador nacional de inovação – Angola , dia 1 de novembro de 2018. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

Entrevistado 6, coordenador do programa ConectaDel, dia 23 de novembro de 2018. PESQUISA DE CAMPO, 2018

FAO. **Caderno de formação –facilitador em desenvolvimento rural.** 2012
Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/field/009/aq096pt/aq096pt.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2018.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. **Construindo o conceito de competência.** RAC – Revista de Administração Contemporânea, v. 5, p. 183-196, 2001. , Edição especial.

FormPRO - **Formação Profissional para o Mercado de Trabalho em Angola.** Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH GIZ - FormPRO Rua Luther King 143/145. Luanda, Angola. p.5, 2012.

FORTE, C.C. **Interdisciplinaridade: origem, conceito e valor.** p.8. Nov. 2009.

Disponível em:

<https://www.pos.ajes.edu.br/arquivos/referencial_20120517101727.pdf>. Acesso em 15 out. 2018.

Freire, P. **Extensão ou comunicação?** O Mundo, Hoje, v. 24, 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.65- 93, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 25 ed.,1998.

GROOT, A.E. **Demistifying facilitation of multi-actor learning processes**. Tesis doctoral. Wageningen University & Research, Wageningen, p 29, 2002.

GUBA, E. **The Paradigm Dialog**. Newbury Park letc, Sage, 1990.

Heft, L. (2014). Facilitation. En D. Coghlan y M. Brydon-Miller (Eds.). The SAGE encyclopedia of action research (pp. 333-335). Los Ángeles: SAGE.

IAF. International Association of Facilitators. Disponível em: < <https://www.iaf-world.org/site/es/home>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, p. 220, 1976.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural, Conceito e Medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702/4887>>. Acesso em 25 nov. 2018.

Lentes convergentes. In: Só Física. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2018. Disponível em: <<http://www.sofisica.com.br/conteudos/Otica/Lentesesfericas/convergentes.php>> . Acesso em: 28 set. 2018.

MACEDO, R. S. **Currículo: Campo, Conceito e Pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.38 – 51, 2007

MALUF, R.S.; REIS, M.C.R. **Consumo Alimentar**. In: MALUF, R.S.; REIS, M.C.R. Curso Conceitos e princípios em segurança alimentar. Construindo capacidades em segurança alimentar no Brasil. Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CPDA/UFRRJ. Centre for Studies in Food Security – Ryerson University. 2005.

MALUF, R.S.J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2007.

MAZOYER, M. **Dynamique des systèmes agraires**. Paris: Ministère de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur, 1985.

MIGUEL, L. A., MAZOYER, M., ROUDART, L. Abordagem Sistêmica e Sistemas Agrários. In: MIGUEL, L. A. (org.). **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. Porto Alegre: UFRGS, p.14 - 98, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Conselho Nacional De Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf. Documento Referência 2ª Conferência Nacional De Desenvolvimento Rural Sustentável E Solidário. Brasília, DF, abr. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Documento_de_Referencia_2CNDRSS.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MOREIRA (org.) A. F. B. **Currículo: Políticas e práticas**. Campinas: Papyrus, 1999.

MORENO, A.. **Facilitação, um jeito de ser: educação corporativa pela abordagem centrada na pessoa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Quality – mark Editora, 2018.

MORIN, E. **Da Necessidade de um Pensamento Complexo**. Para navegar no século XXI/ MARTINS F. M; J. M. SILVA (org) – 3 ed. Porto Alegre Sulina; Edipucrs. p.13, 2003. Disponível em:
<<https://books.google.com.br/books?isbn=8520502199>> Acesso em: 27 nov. 2018.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários a Educação do Futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, p.12, 2011.

MTE. **Classificação Brasileira de Ocupações** : CBO, 2010 – 3. ed. Brasília : SPPE,. v. 1 p.828, 2010

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, São Paulo, v, 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

OLIVEIRA, A. W. S. de. **Desenvolvimento Territorial, Políticas Públicas e inovação Social no Auto da Jequitinhonha – MG**. Unesp Presidente Prudente, 2015. Disponível em
<<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123840/000831453.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 27 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
Caderno :Desenvolvimento, Rural Sustentável "Uma visão territorial ANGOLA, 2012.
PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PESQUISA DE CAMPO. **Entrevistados nomeados pelo cargo ocupante**. 01 novembro de 2018 a 23 de novembro de 2018.

POMBO, O. **Epistemologia da Interdisciplinariedade**. Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste, Campus de Foz do Iguaçu. v. 10 - nº 1 - p. 9-40 1º sem. 2008

PRETTY, J. **Participatory learning for development**. World Development, 23(8), p.1247-1263, 1995.

ROLING, N.; E ZEEUW, H. **Improving the Quality of Rural Poverty Alleviation**. Wageningen,1983.

SACHS, W. **Anatomia Política do Desenvolvimento Sustentável. Democracia Viva**. n.1. Novembro. p.11-23, 1997.

SAUPE, R. et al. **Conceito de competência: validação por profissionais de**

saúde. Saúde em Revista, Piracicaba, v. 8, n. 18, p. 31-37, jan./abr. 2006.

SCHIEFER, U.; TEIXEIRA, P. J.; MONTEIRO, S. MAPA - **Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participantes.** Estoril: Princípia, 2006.

SCHWARZ, R. **The skilled facilitator. New & revised.** San Francisco: Jossey-Bass, p.5, 2002.

UNIVERSIDA FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - UNILA. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.**, Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em: [https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/PPC-DESENVOL_%20RURAL_\(17\).pdf](https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/PPC-DESENVOL_%20RURAL_(17).pdf). Acesso em: 27 nov. 2018.

UPHOFF, N.; J. COHEN; A. GOLDSMITH. **Feasibility and Application of Rural Development Participation: A state of the art paper.** Ithaca, New York, Cornell University/Agency for International Development, 1979.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

WIVES, D. G. **Funcionamento e performance dos sistemas de produção da banana na microrregião do litoral norte do Rio Grande do Sul,** 2008, 164f., Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre 2008.

ZARIFIAN, P.. **Objetivo competência: por uma nova lógica.** São Paulo: Atlas, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - APRESENTAÇÃO DE PESQUISADOR E TERMO DE
AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
Instituto de Economia, Sociedade e Política Desenvolvimento Rural e Segurança
Alimentar
Trabalho de Conclusão de Curso

APRESENTAÇÃO DE PESQUISADOR E TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE
UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE PESQUISA

Prezado(a) Senhor(a),

O discente Henry Monteiro Piovesana matriculado 2015101090007325 período 2015.1 no curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, desenvolve pesquisa Na atuação do profissional em Drusa para construção do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sob orientação do Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto, professor Adjunto IV da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Como parte do desenvolvimento da pesquisa o discente supracitado desenvolverá um roteiro de entrevista para a coleta de dados que serão analisados em seu trabalho. As informações coletadas serão utilizadas, exclusivamente, para a construção do TCC havendo sigilo, absoluto, de nomes e informações.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Atenciosamente,

Prof Dr. Exzolvildres Queiroz Neto

APÊNDICE B - AUTORIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A) PARA UTILIZAÇÃO
DOS DADOS DE PESQUISA

Eu _____ autorizo a utilização
das informações da entrevista como parte do processo de pesquisa para o Trabalho
de Conclusão de Curso.

Assinatura: _____
Foz do Iguaçu _____ de _____ de 2018

Ilma. Sra.
Maria das Dores Melo
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da UnP
Av. Salgado Filho, nº 1610,
Lagoa Nova, Natal-RN, CEP 59056-000.

APÊNDICE –C ENTREVISTA

1) Quais funções (capacidades) um facilitador deve exercer para que cumpra a sua missão

1) ¿Qué funciones debe tener un facilitador para que cumpla su misión?

2) Você considera o facilitador como um profissional ou como uma atividade de um profissional? Porque?

2) ¿Usted considera al facilitador como un profesional o como una actividad de un profesional? ¿Por qué?

3) Na sua opinião quais seriam os problemas enfrentados pelo profissional que trabalha como facilitador?

3) ¿En su opinión cuáles serían los problemas enfrentados por el profesional que trabaja como facilitador?

4) qual o diferencial do facilitador no mercado de trabalho?

4)¿Cuál es el diferencial del facilitador en el mercado de trabajo?

5) Como facilitador você baseia se em alguma teoria e utiliza alguma metodologia específica?

5)¿Cómo facilitador se basa (quiso;guiasse) en alguna teoría y utiliza alguna metodología específica?

6) Você considera o trabalho de facilitação como interdisciplinar ? Porque ?

6) ¿Usted considera el trabajo de facilitación como interdisciplinario? ¿Por qué?